

Demonstrações Financeiras

VIA VAREJO S.A.

31 de dezembro de 2012 e 2011
com Relatório dos Auditores Independentes
sobre as Demonstrações Financeiras

Via Varejo S.A.

Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras	
Balancos patrimoniais	3
Demonstrações do resultado.....	5
Demonstrações do resultado abrangente.....	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Demonstrações dos valores adicionados.....	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	11

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e acionistas da
Via Varejo S.A.
São Caetano do Sul, SP

São Paulo, _____.

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

[Nome do Sócio]
[Contador CRC-número]

Via Varejo S.A.

Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	7	404.188	200.775	2.581.134	1.425.768
Fundo de securitização de recebíveis	9	24.923	-	-	-
Contas a receber	8	70.090	1.022.568	2.222.688	3.443.570
Estoques	10	652.317	650.157	2.697.498	2.688.139
Impostos a recuperar	11	106.323	81.920	614.924	449.408
Partes relacionadas	13	192.553	168.469	186.401	182.577
Despesas antecipadas		5.827	17.444	29.334	39.547
Outras contas a receber	12	65.443	70.495	180.504	172.954
Dividendos a receber	14	28	-	28	-
Total do ativo circulante		1.521.692	2.211.828	8.512.511	8.401.963
Não circulante					
Contas a receber	8	-	-	108.499	110.785
Impostos a recuperar	11	170.249	160.861	1.000.456	698.458
Depósitos judiciais	21	141.756	105.804	179.532	122.022
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	578.811	616.816	698.119	793.758
Despesas antecipadas		205	1.032	205	1.032
Partes relacionadas	13	212.559	396.001	314.275	396.454
Outras contas a receber	12	15.762	14.602	26.044	34.580
Investimentos	14	1.836.805	1.549.071	92.483	97.020
Imobilizado	15	262.397	207.723	1.027.349	911.914
Intangível	16	15.318	20.712	122.999	106.944
Total do ativo não circulante		3.233.862	3.072.622	3.569.961	3.272.967
Total do ativo		4.755.554	5.284.450	12.082.472	11.674.930

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Via Varejo S.A.

Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Passivo circulante					
Fornecedores		554.166	509.557	3.132.545	2.857.469
Empréstimos e financiamentos	17	150.954	412.363	2.791.834	2.858.730
Salários e encargos sociais a pagar		55.410	66.558	312.365	382.974
Impostos e contribuições sociais a recolher	19	78.612	24.573	461.042	240.303
Dividendos a pagar		4.690	8	4.749	10
Partes relacionadas	13	33.130	398.412	109.777	32.583
Impostos parcelados	19	3.480	3.396	3.467	3.579
Receitas antecipadas	23	25.045	11.167	74.313	67.055
Repasse de terceiros		51.432	10.450	209.653	148.318
Outras contas a pagar		96.948	98.539	339.596	286.456
Total do passivo circulante		1.053.867	1.535.023	7.439.341	6.877.477
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	17	399.602	863.585	999.255	1.502.201
Provisão para demandas judiciais	21	141.319	145.134	164.700	160.075
Partes relacionadas	13	56.352	51.906	-	617
Impostos parcelados	19	41.506	41.984	41.514	42.357
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	-	-	3.384	-
Provisão para perda com investimentos		7.460	8.266	-	-
Receitas antecipadas	23	100.734	1.930	438.690	381.406
Outros		-	-	-	35.282
Total do passivo não circulante		746.973	1.112.805	1.647.543	2.121.938
Patrimônio líquido	24				
Capital social		2.895.453	2.895.453	2.895.453	2.895.453
Reservas de capital		44.202	42.137	44.202	42.137
Reserva de lucros		15.059	-	15.059	-
Lucros (prejuízos) acumulados		-	(300.968)	-	(300.968)
Patrimônio líquido atribuível aos controladores		2.954.714	2.636.622	2.954.714	2.636.622
Participação de não controladores		-	-	40.874	38.893
Total do patrimônio líquido		2.954.714	2.636.622	2.995.588	2.675.515
Total do passivo e patrimônio líquido		4.755.554	5.284.450	12.082.472	11.674.930

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Via Varejo S.A.

Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2012	2011	2012	2011
Receita operacional líquida	25	4.910.861	4.532.848	22.846.250	21.016.716
Custo das mercadorias vendidas	26	(3.629.351)	(3.552.038)	(16.497.841)	(14.969.989)
Lucro bruto		1.281.510	980.810	6.348.409	6.046.727
Despesas operacionais					
Despesas com vendas	26	(915.611)	(790.506)	(4.061.946)	(4.015.406)
Despesas gerais e administrativas	26	(177.023)	(165.813)	(925.874)	(940.584)
Depreciação e amortização		(29.758)	(18.237)	(162.620)	(131.012)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	27	18.917	(74.685)	16.415	(125.408)
Lucro (prejuízo) operacional		178.035	(68.431)	1.214.384	834.317
Resultado financeiro, líquido	28	(105.791)	(112.795)	(677.390)	(691.885)
Resultado de equivalência patrimonial	14	286.470	217.823	(454)	15.907
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		358.714	36.597	536.540	158.339
Imposto de renda e contribuição social	20	(38.005)	53.868	(214.381)	(54.485)
Lucro líquido do exercício		320.709	90.465	322.159	103.854
Atribuível a:					
Acionistas controladores da Companhia				320.709	90.465
Participação dos acionistas não controladores				1.450	13.389
				322.159	103.854

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Via Varejo S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Lucro líquido do exercício	320.709	90.465	322.159	103.854
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	320.709	90.465	322.159	103.854
Atribuível a:				
Acionistas controladores da Companhia			320.709	90.465
Participação dos acionistas não controladores			1.450	13.389
			322.159	103.854

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Via Varejo S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

	Atribuível aos controladores									
	Reserva de capital					Reserva de lucros				
	Capital social	Reserva especial de ágio	Ganho/Perda de participação societária	Incentivos fiscais	Opções outorgadas	Reserva legal	Reserva para investimentos	Prejuízos acumulados	Participação de não controladores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2010	2.895.453	278.538	(273.528)	8.333	27.246	828	35.940	(428.201)	2.544.609	24.272
Opções de ações outorgadas	-	-	-	-	1.550	-	-	-	1.550	1.232
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	90.465	90.465	13.389
Absorção das reservas	-	-	-	-	-	(828)	(35.940)	36.768	-	-
Outras destinações	-	-	(2)	-	-	-	-	-	(2)	(2)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	2.895.453	278.538	(273.530)	8.333	28.796	-	-	(300.968)	2.636.622	38.893
Opções de ações outorgadas	-	-	-	-	2.065	-	-	-	2.065	559
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	320.709	320.709	1.450
Reversão de dividendos prescritos	-	-	-	-	-	-	-	8	8	-
Constituição de reserva legal	-	-	-	-	-	987	-	(987)	-	-
Constituição de reserva de investimentos	-	-	-	-	-	-	14.072	(14.072)	-	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	-	(4.690)	(4.690)	(28)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	2.895.453	278.538	(273.530)	8.333	30.861	987	14.072	-	2.954.714	40.874
										2.995.588

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Via Varejo S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	320.709	90.465	322.159	103.854
Ajustes ao lucro líquido				
Depreciações e amortizações	32.951	20.407	198.375	159.129
Equivalência patrimonial	(286.470)	(217.823)	454	(15.907)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	38.005	(53.868)	99.023	(66.961)
Ajuste a valor presente	-	-	(10.141)	13.181
Juros e variações monetárias	22.240	14.245	294.199	250.256
Provisão para demandas judiciais, líquidas	(9.049)	(7.458)	(1.804)	2.478
Provisão de remuneração baseada em ações	1.504	1.550	2.624	2.782
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	370	4.126	327.388	246.385
Provisão para perda e baixa de imobilizado e intangível	-	2.608	-	2.608
Resultado de ativos permanentes baixados	(7.171)	32.742	(40.373)	15.372
Provisão para obsolescência e quebra de estoque	(7.991)	6.351	(23.942)	27.422
Outros	-	20.389	(35.282)	5.794
Decréscimo (acrécimo) em ativos operacionais				
Contas a receber	7.307	81.934	901.638	(1.622.179)
Impostos a recuperar	(33.791)	70.961	(660.485)	(621.728)
Estoques	5.831	(50.483)	27.125	(321.250)
Dividendos recebidos de controladas	-	3.152	4.083	-
Aplicações financeiras	200.000	(20.149)	-	627.589
Despesas antecipadas	12.444	(3.894)	11.040	91.783
Depósitos judiciais	(35.930)	37.962	(37.883)	40.242
Outros ativos	3.892	41.074	(273)	14.662
Acrécimo (decrécimo) em passivos operacionais				
Fornecedores	44.609	(62.139)	264.646	485.841
Demandas judiciais	(10.671)	(10.172)	(15.903)	(19.807)
Salários, encargos sociais e impostos a pagar	41.272	12.620	318.182	171.331
Partes relacionadas, líquido	(177.316)	(5.251)	176.754	98.730
Outros passivos operacionais	152.071	4.953	179.017	(199.571)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	314.816	14.302	2.300.621	(507.964)

Via Varejo S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de imobilizado e intangível	(80.347)	(71.103)	(328.149)	(320.013)
Venda de ativos permanentes	5.289	24.124	65.554	68.305
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(75.058)	(46.979)	(262.595)	(251.708)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Empréstimos e financiamentos:				
Adições	401.798	198.685	5.412.980	4.524.351
Pagamentos	(438.143)	(51.040)	(6.295.640)	(3.691.201)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos	(36.345)	147.645	(882.660)	833.150
Acréscimo do saldo de caixa e equivalentes de caixa	203.413	114.968	1.155.366	73.478
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	200.775	85.807	1.425.768	1.352.290
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	404.188	200.775	2.581.134	1.425.768
	203.413	114.968	1.155.366	73.478
Informações complementares - itens que não afetaram caixa:				
Arrendamento mercantil	-	-	3.176	51.077

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Via Varejo S.A.

Demonstrações dos valores adicionados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Receitas				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	5.609.906	5.219.991	26.136.645	24.249.687
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(370)	(4.126)	(327.388)	(246.385)
Outras receitas	11.798	41.401	17.013	28.936
	5.621.334	5.257.266	25.826.270	24.032.238
Insumos adquiridos de terceiros				
Custo das mercadorias vendidas, operações de crédito e dos serviços prestados	(4.029.503)	(3.945.327)	(17.132.222)	(15.961.217)
Materiais, energias, serviços terceiros e outros	(506.706)	(475.808)	(2.437.557)	(2.466.514)
Recuperação (perda) de valores	(6.932)	(58.177)	4.635	116.813
	(4.543.141)	(4.479.312)	(19.565.144)	(18.310.918)
Valor adicionado bruto	1.078.193	777.954	6.261.126	5.721.320
Retenções				
Depreciação e amortização	(32.951)	(20.407)	(198.375)	(159.129)
Valor adicionado líquido produzido pela companhia	1.045.242	757.547	6.062.751	5.562.191
Recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	286.470	217.823	(454)	15.907
Receitas financeiras	82.589	93.482	180.674	256.178
	369.059	311.305	180.220	272.085
Valor adicionado total a distribuir	1.414.301	1.068.852	6.242.971	5.834.276
Distribuição do valor adicionado				
Colaboradores	410.790	376.890	3.027.729	3.020.888
Remuneração direta	325.079	289.746	2.334.500	2.356.527
Participações	14.523	26.183	118.927	107.738
Benefícios	42.507	25.304	376.631	269.550
Encargos	28.681	35.657	197.671	287.073
Impostos, taxas e contribuições	306.417	213.448	1.472.706	1.223.831
Federais	211.681	102.102	821.539	513.906
Estaduais	80.275	95.303	596.416	656.391
Municipais	14.461	16.043	54.751	53.534
Financiadores	697.094	478.514	1.742.536	1.589.557
Juros	188.380	206.277	858.066	948.179
Aluguéis	188.005	181.772	562.311	537.524
Acionistas controladores da Companhia	320.709	90.465	320.709	90.465
Participação dos acionistas não controladores	-	-	1.450	13.389
Valor adicionado total distribuído	1.414.301	1.068.852	6.242.971	5.834.276

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações corporativas

A Via Varejo S.A. (anteriormente denominada Globex Utilidades S.A.), diretamente ou por meio de suas subsidiárias (“Companhia” ou “Via Varejo”), atua basicamente no segmento varejista de eletroeletrônicos, eletrodomésticos, móveis e *e-commerce*, sob as bandeiras: “Ponto Frio”, “Casas Bahia”, “Ponto Frio.com”, “Extra.com”, “Casas Bahia.com”, “Barateiro.com” e “Partiuviagens.com”. Sua sede social está localizada em São Caetano do Sul, Estado de São Paulo, Brasil.

A Companhia atua também: (i) no comércio pelo canal de tele vendas para pequenos e médios varejistas, além de soluções B2B; (ii) financiamento das vendas a prazo por intermediação da Companhia e por outras sociedades do Grupo Pão de Açúcar (“CBD” ou “GPA”), por meio de carteira de crédito da sua coligada, Financeira Itaú CBD S.A. (“FIC”). A FIC também opera na forma de banco múltiplo com as carteiras comercial e de investimento.

Fundada em 1946, a Companhia em 31 de dezembro de 2012 opera com 965 lojas, sendo 397 operando sob a bandeira Ponto Frio e 568 sob a bandeira Casas Bahia, presente em quase todo território brasileiro, contando ainda com uma infra-estrutura logística com 14 Centros de Distribuição.

a) Reorganizações Societárias

(i) *Associação com Casa Bahia*

Em 4 de dezembro de 2009, o acionista controlador Companhia Brasileira de Distribuição (“GPA”) e os sócios controladores de Casa Bahia Comercial Ltda. (“CB”) celebraram um Acordo de Associação visando à integração dos seus negócios do setor de varejo de bens duráveis, assim como a unificação dos negócios de comércio eletrônico de bens duráveis.

Em 1º de julho de 2010, o GPA e a Via Varejo celebraram com CB e seus sócios controladores um aditivo ao Acordo de Associação onde reviram certas condições para a associação entre Via Varejo e CB (“Associação”), bem como definiram as etapas necessárias para sua implementação.

Em 9 de novembro de 2010, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, na qual todas as deliberações necessárias para a conclusão e implementação da Associação foram aprovadas, sendo a Nova Casa Bahia S.A. (“NCB”) consolidada nas demonstrações financeiras de Via Varejo a partir de 1º de novembro de 2010.

As partes submeteram conjuntamente ao Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência as condições da Associação, nos termos originalmente acordados e, conforme fato relevante divulgado pelas partes em 3 de fevereiro de 2010, firmaram naquela data Acordo Provisório de Reversibilidade da Operação (“APRO”) com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”). O CADE ainda não emitiu o parecer final sobre a operação.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações corporativas -- Continuação

a) Reorganizações Societárias -- Continuação

(ii) *Alterações societárias no controlador*

Em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia Brasileira de Distribuição ("CBD") realizada em 22 de junho de 2012, o Casino, nos termos do Acordo de Acionistas entre os sócios controladores de CBD, passou a ser o único controlador da CBD e o Sr. Abilio dos Santos Diniz permanece como Presidente do Conselho de Administração da CBD.

b) Arbitragem Morzan Empreendimentos

Nos termos do Fato Relevante publicado em 15 de junho de 2012, a Companhia informa que recebeu correspondência da sua controladora GPA, por meio da qual foi informada acerca do pedido de instauração de Procedimento Arbitral ("Procedimento") apresentado pela Morzan Empreendimentos e Participações Ltda., antiga controladora da Globex Utilidades S.A. (bandeira Ponto Frio), atualmente denominada Via Varejo S.A..

O Procedimento está relacionado com questões que decorrem do Contrato de Compra de Ações celebrado pela Mandala Empreendimentos e Participações S.A. sociedade controlada por GPA, em 8 de junho de 2009 ("Contrato"), para aquisição de 86.962.965 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, então representativas de 70,2421% do capital social total e votante da Globex Utilidades S.A., objeto do Fato Relevante divulgado pela Companhia em 8 de junho de 2009. Os termos da arbitragem estão submetidos a obrigações de confidencialidade.

O GPA entende que o pedido apresentado por meio do requerimento é improcedente, tendo sido o Contrato cumprido integralmente, o que será demonstrado ao longo do Procedimento, bem como se compromete a tomar todas as medidas para isentar a Companhia de qualquer responsabilidade que possa recair sobre a Via Varejo.

A Companhia informa que recebeu no dia 03 de agosto de 2012, correspondência da Câmara de Comércio Internacional ("CCI"), por meio da qual foi notificada acerca do pedido de instauração de Procedimento Arbitral apresentado por Morzan Empreendimentos Participações Ltda. ("Procedimento").

Até a presente data não ocorreram desdobramentos desta arbitragem, portanto, não gerando quaisquer impactos nestas demonstrações financeiras. A Via Varejo manterá seus acionistas e o mercado informados acerca de quaisquer desdobramentos relevantes relativos ao Procedimento.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações corporativas -- Continuação

c) Reestruturação das lojas

Em 14 de dezembro de 2011, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o plano formal para o fechamento de 88 lojas da bandeira Ponto Frio, mediante aprovação prévia do Conselho de Administração de Defesa Econômica ("CADE") conforme requerido pelo Acordo de Prevenção da Reversibilidade da Operação ("APRO"). Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia comunicou os funcionários, proprietários das lojas, fornecedores, entre outros e realizou provisão para fechamento de lojas no montante de R\$34.700, sendo R\$20.700 referente ao valor líquido dos ativos fixos e R\$14.000 referente a outras despesas relacionadas ao fechamento.

Das 88 lojas previstas, 66 foram fechadas e a Companhia decidiu pela manutenção de 8 lojas. Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia mantinha a provisão para fechamento de lojas no montante de R\$7.289, relacionada às 14 lojas previstas para serem fechadas e relacionadas às despesas adicionais que possam vir a ser incorridas das lojas já fechadas.

d) Avaliação de ativos da Associação entre CBD e Casa Bahia

Em relação aos trabalhos dos consultores externos informados pela controladora CBD em Comunicado ao Mercado de 16 de outubro de 2012, a Administração da Companhia entende não existir qualquer fato ou efeito que deva ser divulgado nestas demonstrações financeiras.

2. Base de elaboração

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da controladora e de cada uma das subsidiárias da Companhia foram mensurados adotando-se a moeda do ambiente econômico principal em que a subsidiária atua ("moeda funcional").

As demonstrações financeiras da controladora e consolidada estão apresentadas em Reais que é a moeda funcional e moeda de apresentação da Companhia e de suas subsidiárias.

Os dados não financeiros incluídos nestas demonstrações financeiras, tais como número de lojas e centros de distribuição, entre outros não foram objeto de auditoria por parte de nossos auditores independentes.

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 18 de fevereiro de 2013.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB").

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de elaboração -- Continuação

Para melhor apresentação e comparabilidade alguns saldos de 31 de dezembro de 2011 foram reclassificados. A Companhia considerou ainda nos saldos iniciais da Controladora, o saldo dos recebíveis vendidos ao Globex FIDC que ainda estavam em aberto em 31 de dezembro de 2011 no montante de R\$944.800. Esta mudança melhor representa os riscos que a entidade individual assumia na data do balanço. Não há qualquer impacto nas demonstrações financeiras consolidadas em decorrência desta mudança.

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial, enquanto para fins de IFRS seriam pelo custo ou valor justo. Contudo, não há diferenças entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado apresentado pela Companhia e o patrimônio líquido e resultado da entidade controladora em suas demonstrações financeiras individuais.

3. Base de consolidação

a) Participação em subsidiárias, associadas e "joint ventures"

Participação nos investimentos (%)				
Investimentos	31.12.2012		31.12.2011	
	Via Varejo	Participação indireta	Via Varejo	Participação indireta
<u>Subsidiárias:</u>				
Globex Administração e Serviços Ltda. ("GAS")	100,00%	-	100,00%	-
Rio Expresso Com. Atacadista de Eletrodomésticos Ltda. ("FACT")	100,00%	-	100,00%	-
Lake Niassa Empreendimentos e Participações Ltda. ("LAKE")	100,00%	-	100,00%	-
Ponto Frio Adm. e Importação de Bens Ltda. ("PFAB")	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
Sabara S.A.	100,00%	-	100,00%	-
Pontocred Negócios de Varejo Ltda. ("PCRE")	99,50%	0,50%	99,50%	0,50%
Nova Pontocom Comércio Eletrônico S.A. ("Nova Pontocom" ou "Nova.com")	50,10%	-	50,10%	-
Nova Casa Bahia S.A. ("NCB")	100,00%	-	100,00%	-
Globex Administração de Consórcio Ltda. ("GAC")	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
Nova Extra Eletro Comercial Ltda.	99,90%	-	99,90%	-
Casa Bahia Contact Center Ltda.	0,01%	99,99%	0,01%	99,99%
E-Hub Consultoria, Participações e Comércio S.A.	-	50,10%	-	50,10%
Globex – Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios ("FIDC") (b.2)	100,00%	-	15,00%	-
Nova Experiência Pontocom S.A. ("Nova Experiência") (b.1)	-	50,10%	-	50,10%
<u>Associadas e Joint Ventures</u>				
Indústria de Móveis Bartira Ltda. ("Bartira") (d)	-	25,00%	-	25,00%
Financeira Itaú CBD S.A. ("FIC") (c)	-	14,24%	-	14,24%
Banco Investcred Unibanco S.A. ("BINV") (c)	-	50,00%	-	50,00%
Ponto Frio Leasing S.A. (c.1)	-	-	-	50,00%
FIC Promotora de Vendas Ltda.	-	14,24%	-	14,24%

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Base de consolidação -- Continuação

b) Subsidiárias

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras de todas as subsidiárias nas quais a Companhia exerce controle, direto ou indireto.

Subsidiárias são todas as entidades (incluindo sociedades de propósito específico) em que a Companhia tem poder para governar as políticas financeiras e operacionais e detém, de modo geral, ações que representam mais da metade dos direitos de voto. A existência e o efeito dos potenciais direitos de voto atualmente exercíveis ou conversíveis são levados em consideração para determinar se a Companhia controla ou não outra entidade. As subsidiárias são consolidadas integralmente a partir da data de aquisição, que corresponde à data em que a Companhia obtém o controle, e excluídas da consolidação, quando aplicável, a partir da data em que esse controle é perdido.

As demonstrações financeiras das subsidiárias são elaboradas na mesma data base da controladora, adotando-se políticas contábeis consistentes. Todos os saldos entre as empresas do grupo, receitas e despesas, ganhos e perdas não realizados e dividendos resultantes de operações entre as empresas do Grupo são integralmente eliminados.

Ganhos ou perdas resultantes de alterações na participação societária em subsidiárias, que não resultem em perda de controle, são contabilizados diretamente no patrimônio líquido.

Os prejuízos são atribuídos às participações de acionistas não controladores, mesmo que isso resulte em saldo devedor.

b.1) Nova Experiência

Companhia constituída em 06 de dezembro de 2011, e tem por objeto social o desempenho de atividades próprias de agência de viagens e turismo operando através do site "Partiuviajens.com". A subsidiária Nova Pontocom é detentora de 100% das ações da Companhia.

b.2) Globex FIDC

A Companhia consolida as demonstrações financeiras do Globex FIDC, que representa fundo de investimento constituído com a finalidade exclusiva de conduzir a securitização de recebíveis da Companhia e suas subsidiárias. A consolidação se justifica pelo fato dos riscos de inadimplência, despesas de custódia e administração relacionadas ao fundo estarem vinculados a quotas subordinadas detidas pela Companhia e pelas subsidiárias.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012 as operações com Globex FIDC foram reestruturadas, vide nota explicativa nº 9.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Base de consolidação -- Continuação

c) Associadas –BINV e FIC

Os investimentos da Companhia em suas associadas, BINV e FIC, ambas instituições de financiamento de vendas diretamente para clientes do GPA e Via Varejo, resultam de uma associação do Banco Itaú Unibanco S/A (“Itaú Unibanco”) com o GPA e a Via Varejo. São contabilizados segundo o método da equivalência patrimonial. Uma associada é uma entidade na qual a Companhia exerce influência significativa, mas não o controle. O poder sobre as decisões operacionais e financeiras do BINV e da FIC pertence ao Itaú Unibanco.

A demonstração do resultado do exercício reflete a parcela dos resultados das operações das associadas. Quando há uma alteração reconhecida diretamente no patrimônio líquido das associadas, a Companhia reconhece sua participação nas eventuais alterações e divulga, conforme o caso, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Os ganhos e as perdas não realizados resultantes de operações entre a Companhia e as associadas são eliminados na medida da participação nas associadas.

A participação nos lucros das associadas está refletida na demonstração do resultado do exercício como resultados de equivalência patrimonial, correspondente ao lucro atribuível aos acionistas de cada uma das associadas. As demonstrações financeiras das associadas são elaboradas na mesma data de encerramento da Companhia e quando necessário, efetuados ajustes para harmonizar as políticas contábeis com as da Companhia

Depois da aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer uma perda por não recuperação adicional referente ao investimento da Companhia em suas associadas. A Companhia verifica na data de cada balanço se há evidências de que o investimento nas associadas não será recuperável. Se aplicável, a Companhia calcula o valor da perda como a diferença entre o valor recuperável do investimento e seu valor contábil e reconhece a perda na demonstração do resultado do exercício.

Em caso de perda de sua influência significativa sobre as associadas, a Companhia mensura e reconhece os eventuais investimentos remanescentes pelo valor justo. As eventuais diferenças entre o valor contábil das associadas, quando da perda da influência significativa, e o valor justo do investimento remanescente e dos resultados da baixa são reconhecidas na demonstração do resultado do exercício.

c.1) Ponto Frio Leasing S.A.

Em Assembleia Geral Extraordinária da BINV realizada em 30 de dezembro de 2011, foi aprovada a incorporação integral da Ponto Frio Leasing S.A. com base no balanço patrimonial de 30 de novembro de 2011, o que ocorreu em 13 de abril de 2012, após a aprovação pelo Banco Central do Brasil.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Base de consolidação -- Continuação

d) Participação em *joint venture* - Bartira

A Companhia possui participação indireta em uma *joint venture* controlada em conjunto, denominada Bartira, na qual os participantes (Via Varejo, por meio de sua subsidiária NCB, com 25%, e a CB com 75%) formalizaram um acordo de sócios que estabelece controle conjunto sobre as atividades operacionais da entidade.

O acordo de sócios exige deliberação unânime dos participantes para a tomada de decisões financeiras e operacionais. A Companhia reconhece em suas demonstrações financeiras consolidadas sua participação na *joint venture* utilizando o método de consolidação proporcional. Portanto, combina sua parcela proporcional de cada ativo, passivo, receitas e despesas da *joint venture* com itens semelhantes – linha a linha – em suas demonstrações financeiras consolidadas. As demonstrações financeiras da *joint venture* são preparadas para o mesmo exercício e sob os mesmos critérios contábeis adotados pela Companhia.

Demonstramos a seguir, as principais linhas das demonstrações financeiras condensadas da Bartira:

	31.12.2012	31.12.2011
	100%	100%
Ativo circulante	157.196	130.564
Ativo não circulante	73.244	60.258
Total do ativo	230.440	190.822
Passivo circulante	111.500	87.216
Passivo não circulante	16.440	1.177
Patrimônio líquido	102.500	102.429
Total do passivo e patrimônio líquido	230.440	190.822
Resultado		
Receita líquida de vendas e prestação de serviços	464.048	473.838
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	5.516	23.387
Lucro líquido do exercício	68	14.619

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis

a) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos na data de negociação e registrados pelo valor justo, somado aos custos da transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Sua mensuração subsequente ocorre na data de cada balanço, de acordo com as regras estabelecidas para cada categoria de ativo ou passivo financeiro.

A nota explicativa nº 18 contém uma análise do valor justo dos instrumentos financeiros e detalhes adicionais sobre o modo como é mensurado.

(i) *Ativos financeiros*

Reconhecimento inicial e mensuração

Os ativos financeiros, mantidos pela Companhia e suas subsidiárias e incluídos no escopo do CPC 38 (IAS 39), são classificados como ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e instrumentos financeiros derivativos designados como instrumentos de *hedge*. A Companhia e suas subsidiárias definem a classificação de seus ativos financeiros quando do reconhecimento inicial.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos e mensurados pelo valor justo por meio do resultado e os custos de transação, debitados ao resultado do exercício. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exijam entrega de ativos dentro de um prazo definido por regulamento ou convenção no mercado (negociações em condições normais) são reconhecidas na data da negociação, isto é, na data em que a Companhia e suas subsidiárias se comprometem a comprar ou vender o ativo.

Os ativos financeiros da Companhia e suas subsidiárias incluem o caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e de partes relacionadas, depósitos judiciais e instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

- Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado: são mensurados pelo valor justo na data de cada balanço. As taxas de juros, a variação monetária, a variação cambial e as variações derivadas da avaliação pelo valor justo são reconhecidas na demonstração do resultado do exercício como receitas ou despesas financeiras, quando incorridas, e são classificados pelo valor justo no resultado se adquiridos para fins de venda ou recompra a curto prazo, com alterações reconhecidas nas receitas ou despesas financeiras.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis -- Continuação

a) Instrumentos financeiros -- Continuação

(i) *Ativos financeiros* -- Continuação

Mensuração subsequente -- Continuação

- Empréstimos e recebíveis: são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis não cotados em mercado ativo. Após o reconhecimento inicial, são mensurados utilizando-se o custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva. A receita de juros, a variação monetária e a variação cambial, deduzidas as perdas por desvalorização, conforme o caso, são reconhecidas na demonstração do resultado do exercício como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos; e
- Ativos e passivos financeiros mantidos até o vencimento: são ativos e passivos financeiros que não podem ser classificados como empréstimos e recebíveis, por serem cotados em um mercado ativo. Nesse caso, esses ativos e passivos financeiros são adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício, usando o método da taxa de juros efetiva.

Desreconhecimento de ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, conforme o caso parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Expiram os direitos de recebimento de fluxos de caixa; e
- A Companhia e suas subsidiárias transferem seus direitos de recebimento de fluxos de caixa do ativo ou assumem uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos a um terceiro, nos termos de um acordo de repasse; e (a) a Companhia transferiu substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o seu controle do ativo.

Quando a Companhia cede seus direitos de recebimento de fluxos de caixa de um ativo ou celebra acordo de repasse, sem ter transferido ou retido substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo ou transferido o controle do ativo, o ativo é mantido e reconhece um passivo correspondente. O ativo transferido e o passivo correspondente são mensurados de forma que reflita os direitos e as obrigações retidas pela Companhia e suas subsidiárias.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis -- Continuação

a) Instrumentos financeiros -- Continuação

(i) *Ativos financeiros* -- Continuação

Perda do valor recuperável de ativos financeiros

Nas datas dos balanços, a Companhia e suas subsidiárias verificam se há indícios de perda do valor recuperável de um ativo ou grupo de ativos financeiros. A perda do valor recuperável de um ativo ou grupo de ativos financeiros é considerado apenas (e tão somente) se houver evidências objetivas resultantes de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial do ativo ("evento de perda"), e caso referido evento venha a impactar os futuros fluxos de caixa estimados do ativo ou grupo de ativos financeiros, os quais podem ser estimados com segurança. As evidências de perda do valor recuperável podem incluir indícios de que os devedores (ou grupo de devedores) estão passando por dificuldades financeiras significativas, moratória ou inadimplência na amortização dos juros ou do principal, probabilidade de que entrem em processo de falência ou outro tipo de reorganização financeira e quando estes dados indicam queda mensurável dos fluxos de caixa futuros, tais como variações em juros moratórios ou condições econômicas que se correlacionam com inadimplementos.

O valor da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo-se as perdas de crédito futuras não incorridas) descontados pela taxa de juros efetiva original do ativo financeiro. O valor contábil do ativo é reduzido por meio do uso de uma provisão, e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado do exercício. A receita de juros é registrada nas demonstrações financeiras como parte das receitas financeiras. No caso de empréstimos ou investimento mantidos até o vencimento com taxa de juros variável, a Companhia mensura a não recuperação com base no valor justo do instrumento adotando um preço de mercado observável.

Se, em período subsequente, o valor da perda por não recuperação se reduzir e a redução puder ser associada objetivamente a um evento ocorrido após o reconhecimento da provisão (tal como uma melhora da classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por desvalorização reconhecida anteriormente é reconhecida na demonstração do resultado do exercício. Se uma baixa for recuperada posteriormente, a recuperação é também reconhecida na demonstração do resultado do exercício.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Quanto aos ativos financeiros mantidos até o vencimento, a Companhia e suas subsidiárias, primeiramente, verificam se há evidência objetiva de perda do valor recuperável individualmente para os ativos financeiros que são individualmente significativos, ou coletivamente para os ativos que não são individualmente significativos. Caso a Companhia e suas subsidiárias determinem a inexistência de evidências objetivas de perda do valor recuperável de um ativo financeiro avaliado

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis -- Continuação

a) Instrumentos financeiros -- Continuação

(i) *Ativos financeiros* -- Continuação

Ativos financeiros mantidos até o vencimento -- Continuação

Individualmente, seja esta perda significativa ou não, a Companhia o classifica em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes, os quais são avaliados coletivamente. Os ativos avaliados individualmente quanto à perda do valor recuperável, ou para os quais a perda do valor recuperável é (ou continua a ser) reconhecida, não estão incluídos na avaliação coletiva da perda.

Caso haja evidência objetiva da ocorrência da perda do valor recuperável, o valor da respectiva perda é calculado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente do fluxo de caixa estimado (excluindo perdas de crédito estimadas e ainda não incorridas). O valor presente do fluxo de caixa estimado é descontado à taxa de juros original dos ativos financeiros. Se um ativo financeiro tiver uma taxa de juros variável, o desconto para mensurar eventuais perdas do valor recuperável será a taxa de juros efetiva à data presente.

O valor contábil do ativo é reduzido por meio de uma conta de provisão, e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado do exercício. A receita financeira continua a ser acumulada sobre o valor contábil reduzido à taxa de juros utilizada para descontar fluxo de caixa futuro a fim de mensurar a perda do valor recuperável. Além disso, a receita de juros é contabilizada como parte do resultado financeiro na demonstração do resultado do exercício. Os empréstimos e recebíveis, juntamente com as respectivas provisões, são baixados quando não há perspectivas reais de recuperação futura, e todas as garantias tenham sido realizadas ou transferidas para a Companhia. Caso, no exercício subsequente, a perda estimada do valor recuperável sofra alguma variação devido a um evento ocorrido após seu reconhecimento, um ajuste é efetuado na conta de provisão. Se uma baixa for recuperada posteriormente, ela é creditada às despesas financeiras na demonstração do resultado do exercício.

(ii) *Passivos financeiros*

Os passivos financeiros no escopo do CPC 38 (IAS 39) são classificados como empréstimos, financiamentos ou instrumentos financeiros derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um relacionamento de *hedge* efetivo, conforme o caso. A Companhia define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial.

Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, somados aos custos da operação diretamente atribuíveis.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis -- Continuação

(ii) *Passivos financeiros* -- Continuação

Os passivos financeiros da Companhia incluem empréstimos e financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e financiamentos remunerados são posteriormente mensurados pelo custo amortizado adotando-se o método da taxa de juros efetiva. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como pelo processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva.

Desreconhecimento de passivos financeiros

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação subjacente ao passivo é quitada, cancelada ou expirada.

Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal substituição ou modificação é tratada como desreconhecimento do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado.

Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é informado nos balanços patrimoniais, se, e somente se, houver o direito de compensação dos valores reconhecidos e intenção de liquidar em base líquida ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

b) Transações em moeda estrangeira

Transações em moedas estrangeiras são inicialmente reconhecidas pelo valor de mercado das moedas correspondentes na data que a transação se qualifica para reconhecimento.

Ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras são traduzidos para Real de acordo com a cotação do mercado nas datas dos balanços. Diferenças oriundas no pagamento ou na tradução de itens monetários são reconhecidas no resultado financeiro.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis -- Continuação

c) Contabilização de *hedge*

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos como *swaps* de taxas de juros e *swaps* de variação cambial. Tais instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que o contrato derivativo é celebrado e posteriormente remensurados pelo valor justo na data de cada balanço. Os derivativos são contabilizados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando negativo. Os ganhos ou perdas resultantes das alterações do valor justo dos derivativos são contabilizados diretamente no resultado do exercício.

No início do relacionamento de *hedge*, a Companhia designa formalmente e documenta a relação de *hedge* à qual deseja aplicar à contabilização de *hedge* o seu objetivo e a estratégia de gestão de risco para contratá-lo. A documentação inclui a identificação do instrumento de *hedge*, o item ou operação protegida, a natureza do risco protegido e o modo como a Companhia deverá avaliar a eficácia das alterações do valor justo do instrumento de *hedge* na neutralização da exposição a alterações do valor justo do item protegido ou do fluxo de caixa atribuível ao risco protegido. A expectativa é de que esses *hedges* sejam altamente eficazes na neutralização das alterações do valor justo ou do fluxo de caixa, sendo avaliados permanentemente para se determinar se realmente estão sendo altamente eficazes ao longo de todos os exercícios dos relatórios financeiros para os quais foram designados.

Para fins de contabilização de *hedge*, estes são classificados como *hedges* de valor justo quando protegem contra a exposição a alterações do valor justo de um ativo ou passivo reconhecido.

São registrados como *hedge* de valor justo, seguindo os seguintes procedimentos:

- A alteração do valor justo de um instrumento financeiro derivativo classificado como *hedge* de taxa de juros é reconhecido como resultado financeiro. A alteração do valor justo do item protegido é registrada como parte do valor contábil do item protegido, sendo reconhecido na demonstração do resultado do exercício;
- Com relação aos *hedges* de valor justo relacionados a itens contabilizados pelo custo amortizado, o ajuste ao valor contábil é amortizado no resultado ao longo do exercício restante até o vencimento. A amortização da taxa de juros efetiva pode ser iniciada assim que houver um ajuste, devendo ocorrer, no máximo, no momento em que o item protegido deixar de ser ajustado pelas alterações de seu valor justo atribuível ao risco protegido;
- Se o item protegido for desreconhecido, o valor justo não amortizado é reconhecido imediatamente no resultado; e no cálculo de valor justo, as dívidas e os *swaps* são mensurados através de taxas divulgadas no mercado financeiro e projetadas até a data do seu vencimento. A taxa de desconto utilizada para o cálculo pelo método de interpolação dos empréstimos em moeda estrangeira,

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis -- Continuação

c) Contabilização de hedge – Continuação

é desenvolvida através das curvas CDI e Cupom limpo, índices divulgados pela BM&FBovespa e, para os empréstimos em moeda nacional, é utilizada a curva DI, índice divulgado pela CETIP e calculado pelo método da interpolação exponencial.

d) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem o caixa e as aplicações de curto prazo, de alta liquidez, imediatamente conversíveis em valores em dinheiro conhecidos e sujeitos a um risco insignificante de alteração do valor, com intenção e possibilidade de serem resgatados no curto prazo com o próprio emissor.

e) Contas a Receber

São registradas e mantidas nos balanços pelos valores nominais das vendas e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, que é constituída com base no histórico de perdas e na análise de risco da totalidade da carteira de clientes e respectiva probabilidade de recebimento.

O contas a receber de clientes são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou que possam ser apurados sem cotação em mercado ativo. Após mensuração inicial, esses ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado segundo o método de taxa efetiva de juros (TEJ), deduzindo a perda do valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando-se em consideração eventuais descontos ou prêmios sobre aquisição e tarifas ou custos que constituem o TEJ, quando aplicável. A amortização da TEJ está incluída no resultado operacional líquido, na demonstração do resultado do exercício. As despesas decorrentes da perda do valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado do exercício.

O contas a receber oriundo de contratos comerciais decorrem de bônus e descontos concedidos por fornecedores, estabelecidos através de acordos comerciais e calculados sobre os volumes de compra, ações de marketing, reembolsos de custo de frete, dentre outras modalidades.

A cada fechamento dos balanços a Companhia avalia se os ativos ou grupo de ativos financeiros, apresentaram perda de seu valor recuperável.

A provisão para crédito de liquidação duvidosa baseia-se na média histórica de perdas, complementada pelas estimativas das perdas futuras prováveis da Companhia.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis -- Continuação

f) Estoques

São contabilizados pelo custo ou valor líquido de realização, o que for menor. Os estoques adquiridos são registrados pelo custo médio, incluindo os custos de armazenamento e manuseio, na medida que tais custos são necessários para trazer os estoques na sua condição de venda nas lojas da Companhia, deduzidos de bonificações recebidas de fornecedores.

O valor líquido de realização é o preço de venda no curso normal dos negócios, deduzidos os custos estimados necessários para efetuar a venda.

Os estoques são reduzidos pela provisão para perdas e quebras, as quais são periodicamente analisadas e avaliadas quanto à sua adequação.

g) Bonificação

As bonificações recebidas de fornecedores são mensuradas e reconhecidas com base nos contratos e acordos assinados, e registradas ao resultado na medida que os correspondentes estoques são vendidos, compreendem acordos por volume de compras, prestação de serviços de logística e negociações pontuais para recomposição de margem ou acordos de marketing, entre outros.

h) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários circulantes, quando relevantes, e os ativos e passivos de longo prazo, são ajustados ao seu valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a respectiva taxa de juros, explícita ou implícita.

Os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a referidos ativos e passivos são ajustados para o apropriado reconhecimento em conformidade com o regime de competência.

A constituição do ajuste a valor presente de compras é registrada nas rubricas "Fornecedores" e "Estoques" e sua reversão tem como contrapartida a rubrica "custo das mercadorias vendidas" pela fruição do prazo, no caso de fornecedores, e pela realização dos estoques em relação aos valores neles registrados.

O ajuste a valor presente das vendas a prazo tem como contrapartida a rubrica "Contas a receber" e sua realização é registrada na rubrica "Receita operacional líquida", pela fruição do prazo.

Demais rubricas do balanço patrimonial cuja aplicação do ajuste a valor presente se faça necessário, tem a sua contrapartida na rubrica de "Resultado financeiro".

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis -- Continuação

i) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

O teste de recuperação ("*impairment test*") tem por objetivo apresentar de forma prudente o valor real líquido de realização de um ativo. Esta realização pode ser de forma direta ou indireta, respectivamente, por meio de venda ou pela geração de caixa na utilização do ativo nas atividades da Companhia e suas subsidiárias.

Anualmente, a Companhia e suas subsidiárias efetuam o teste de recuperação de seus ativos tangíveis e/ou intangíveis ou sempre que houver qualquer evidência interna ou externa que o ativo possa apresentar perda do valor recuperável.

O valor de recuperação de um ativo é definido como sendo o maior entre o valor justo do ativo ou o valor em uso de sua unidade geradora de caixa (UGC), salvo se o ativo não gerar entradas de caixa que sejam predominantemente independentes das entradas de caixa dos demais ativos ou grupos de ativos.

Se o valor contábil de um ativo ou UGC exceder seu valor recuperável, o ativo é considerado não recuperável e é constituída uma provisão para desvalorização com a finalidade de ajustar o valor contábil para seu valor recuperável. Na avaliação do valor recuperável, o fluxo de caixa futuro estimado é descontado ao valor presente, adotando-se uma taxa de desconto, que representa o custo de capital da Companhia ("CAPM"), antes dos impostos, que reflita as avaliações atuais do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

As perdas por não recuperação são reconhecidas no resultado do exercício em categorias de despesas consistentes com a função do respectivo ativo não recuperável. A perda por não recuperação reconhecida anteriormente somente é revertida se houver alteração das premissas adotadas para definir o valor recuperável do ativo no seu reconhecimento inicial ou mais recente, exceto no caso do ágio que não pode ser revertido em períodos futuros.

j) Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo, líquido da depreciação acumulada e/ou das perdas por não recuperação acumuladas, se houver. O custo inclui o montante de reposição dos equipamentos e os custos de captação de empréstimos para projetos de construção de longo prazo, se satisfeitos os critérios de reconhecimento. Quando componentes significativos do imobilizado são repostos, tais componentes são reconhecidos como ativos individuais, com vidas úteis e depreciação específica. Da mesma forma, quando realizada uma reposição significativa, seu custo é reconhecido no valor contábil do equipamento como reposição, desde que satisfeitos os critérios de reconhecimento. Todos os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado do exercício conforme incorridos.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis -- Continuação

j) Imobilizado -- Continuação

Categoria de ativos	Taxa média de depreciação anual em %
Edifícios	2,5%
Benfeitorias	8,5%
Equipamentos de informática	23,8%
Instalações	12,9%
Móveis e utensílios	12,6%
Veículos	29,1%
Máquinas e equipamentos	9,8%
Decoração	20,0%

Itens do imobilizado e eventuais partes significativas são baixados quando de sua alienação ou quando não há expectativa de benefícios econômicos futuros derivados de seu uso ou alienação. Os eventuais ganhos ou perdas resultantes da baixa dos ativos são incluídos no resultado do exercício.

O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando aplicável.

k) Custos de empréstimos

Os custos de captação de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que demande um período de tempo substancial para ser finalizado para o uso ou venda pretendido (ativo qualificável), são capitalizados como parte do custo dos respectivos ativos. Todos os demais custos de captação de empréstimos são lançados como despesas no exercício em que ocorrem.

l) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados pelo custo quando de seu reconhecimento inicial, sendo deduzidas pela amortização e as eventuais perdas por não recuperação. Os ativos intangíveis gerados internamente, excluindo-se os custos capitalizados de desenvolvimento de *software*, são refletidos no resultado do exercício que foram incorridos.

Os ativos intangíveis compreendem principalmente *software* adquiridos de terceiros, *software* desenvolvido para uso interno, *ágio* e *fundo de comércio*.

Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados pelo método linear. O período e o método de amortização são revistos, no mínimo, no encerramento de cada exercício. As alterações da vida útil prevista ou do padrão previsto de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo são contabilizadas alterando-se o período ou o método de amortização, conforme o caso, e tratadas como mudanças das premissas contábeis.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis -- Continuação

l) Ativos intangíveis -- Continuação

Os custos de desenvolvimento de *software* reconhecido como ativo são amortizados ao longo de sua vida útil definida, que é dez anos.

Os ativos intangíveis de vida útil indefinida não são amortizados, mas submetidos a testes de recuperação no encerramento de cada exercício ou sempre que houver indicação de que seu valor contábil poderá não ser recuperado, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação é revista anualmente para determinar se a vida útil indefinida continua válida. Caso contrário, a vida útil é alterada prospectivamente de indefinida para definida.

Os ganhos ou perdas, quando aplicável, resultantes do desreconhecimento de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre os resultados líquidos da alienação e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos como receita ou despesa do exercício quando da baixa do ativo.

m) Classificação dos ativos e passivos como circulantes e não circulantes

Os ativos (com exceção do imposto de renda e contribuição social diferidos) com previsão de realização ou que se pretenda vender ou consumir no prazo de doze meses a partir da data do balanço, são classificados como ativos circulantes. Os passivos (com exceção do imposto de renda e contribuição social diferidos) com expectativa de liquidação no prazo de doze meses a partir da data do balanço são classificados como circulantes. Todos os demais ativos e passivos (inclusive impostos fiscais diferidos) são classificados como “não circulantes”.

Os impostos diferidos ativos e passivos são classificados como “não circulantes”, líquidos por entidade.

n) Arrendamento mercantil

A definição de um acordo como arrendamento mercantil ou contendo um arrendamento mercantil, baseia-se no teor do acordo em sua data inicial, isto é, se o cumprimento do acordo depende do uso de um ou mais ativos específicos ou se o acordo transfere um direito de uso do ativo.

A Companhia como arrendatária

Os contratos de arrendamento mercantil financeiro, que transferem para a Companhia substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios derivados da propriedade do item arrendado, são capitalizados quando do início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil, o que for menor. Os pagamentos de arrendamento mercantil são alocados entre encargos financeiros e redução do passivo de arrendamento mercantil, de modo a se obter uma taxa de juros constante no saldo do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa no resultado do exercício.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis -- Continuação

n) Arrendamento mercantil -- Continuação

A Companhia como arrendatária -- Continuação

Os ativos arrendados são depreciados ao longo de sua vida útil. Porém, se não houver uma certeza razoável de que a Companhia obterá a titularidade quando do encerramento do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo de sua vida útil estimada ou do prazo do arrendamento mercantil, o que for menor, considera-se também as capitalizações de melhorias e reformas efetuadas nas lojas.

Os contratos de arrendamento mercantil são classificados como arrendamento mercantil operacionais quando não há transferência do risco e benefícios derivados da titularidade do item arrendado.

Os pagamentos das parcelas do arrendamento mercantil (com exceção dos custos dos serviços, tais como seguro e manutenção) classificados como contratos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesas, conforme sua competência, durante o prazo do arrendamento mercantil.

Os aluguéis contingentes são reconhecidos como despesas nos exercícios em que são incorridos.

o) Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas subsidiárias têm uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em virtude de um evento passado, é provável que seja necessária uma saída de recursos para liquidar a obrigação e seja possível fazer uma estimativa confiável do valor dessa obrigação. Nas hipóteses em que a Companhia e suas subsidiárias têm a expectativa de reembolso da totalidade ou de parte da provisão – como, por exemplo, em virtude de um contrato de seguro – o reembolso é reconhecido como um ativo à parte, mas somente quando é praticamente certo. A despesa relacionada à eventual provisão é registrada no resultado do exercício, líquida do eventual reembolso.

p) Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo no encerramento do exercício, com base nos dividendos mínimos obrigatórios definidos no estatuto social. Os eventuais valores que excederem esse mínimo são registrados somente na data em que tais dividendos adicionais são aprovados pelos acionistas da Companhia.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis -- Continuação

q) Receita antecipada

As receitas antecipadas são reconhecidas pela Companhia e suas subsidiárias pela antecipação de valores recebidos de parceiros comerciais pela exclusividade na prestação de serviços de intermediação de garantias complementares ou estendidas, e reconhecidas ao resultado do exercício pela comprovação da prestação de serviço na venda dessas garantias junto aos parceiros comerciais.

r) Patrimônio líquido

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Quando uma parte relacionada adquire ações do capital social da Companhia (ações em tesouraria), a remuneração paga, incluindo os eventuais custos incrementais diretamente atribuíveis, é deduzida do patrimônio líquido, até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são posteriormente reemitidas, a eventual remuneração recebida, líquida dos eventuais custos da operação diretamente atribuíveis, é incluída no patrimônio líquido. Não se reconhecem perdas ou ganhos resultantes da compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos representativos do capital da própria Companhia. As eventuais diferenças entre o valor contábil e a remuneração são reconhecidas como outras reservas de capital.

s) Pagamento baseado em ações

Os funcionários (incluindo executivos seniores da Companhia e suas subsidiárias) recebem remuneração sob a forma de pagamento baseado em ações, segundo os quais os funcionários prestam serviços em troca de instrumentos patrimoniais ("operações liquidadas com ações").

O custo das operações liquidadas com ações é reconhecido como despesa do exercício, juntamente com um correspondente aumento do patrimônio líquido, ao longo do exercício no qual as condições de performance e/ou prestação de serviços são satisfeitas. As despesas acumuladas reconhecidas com relação aos instrumentos patrimoniais em cada data-base, até a data de aquisição, reflete a extensão em que o período de aquisição tenha expirado e a melhor estimativa da Companhia e suas subsidiárias do número de instrumentos patrimoniais que serão adquiridos.

A despesa ou receita referente a cada exercício representa a movimentação das despesas acumuladas reconhecidas no início e no fim do exercício. Não são reconhecidas despesas referentes a serviços que não completaram o seu período de aquisição, exceto no caso de operações liquidadas com ações em que a aquisição depende de uma condição de mercado ou de não aquisição de direitos, as quais são tratadas como adquiridas, independentemente de ser satisfeita ou não a condição de mercado ou de não aquisição de direitos, desde que satisfeitas todas as demais condições de desempenho e/ou prestação de serviços.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis -- Continuação

s) Pagamento baseado em ações -- Continuação

Operações liquidadas com ações

Quando um instrumento de patrimônio é modificado, a despesa mínima reconhecida é a despesa que seria incorrida se os termos não tivessem sido modificados. Reconhece-se uma despesa adicional em caso de modificação que eleve o valor justo total da operação de pagamento baseado em ações ou que beneficie de outra forma o funcionário, conforme mensurado na data da modificação.

Em caso de cancelamento de um instrumento de patrimônio, este é tratado como se fosse totalmente adquirido na data do cancelamento, e as eventuais despesas ainda não reconhecidas referentes ao prêmio são reconhecidas imediatamente ao resultado do exercício. Isso inclui qualquer prêmio cujas condições de não aquisição sob o controle da Companhia ou do funcionário não sejam satisfeitas. Porém, se o plano cancelado for substituído por um novo plano e designada como outorgas substitutas na data em que for outorgada, a outorga cancelada e o novo plano é tratado como se fosse uma modificação da outorga original, conforme descrito no parágrafo anterior. Todos os cancelamentos de transações liquidadas com ações são tratados da mesma forma.

O efeito dilutivo das opções em aberto é refletido como uma diluição adicional das ações no cálculo do lucro diluído por ação (Vide nota explicativa nº 29).

t) Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado com base no número médio ponderado de ações em circulação durante o exercício, exceto as ações emitidas para pagamento de dividendos e ações em tesouraria.

O lucro diluído por ação é calculado conforme segue:

- *numerador*: lucro do exercício; e
- *denominador*: número de ações ajustado de modo a incluir as possíveis ações correspondentes a instrumentos dilutivos (opções de ações), deduzido o número de ações que poderiam ser recompradas no mercado, conforme o caso.

Os instrumentos de patrimônio que devam ou possam ser liquidados com ações da Companhia somente são incluídos no cálculo quando sua liquidação tiver impacto dilutivo sobre o lucro por ação.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis -- Continuação

u) Apuração do lucro líquido

As receitas são reconhecidas na medida em que for provável que a Companhia e suas subsidiárias receberão benefícios econômicos e é possível mensurar as receitas de forma confiável. As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida, excluindo-se os descontos, abatimentos e impostos ou taxas sobre vendas. A Companhia avalia seus contratos geradores de receitas segundo critérios específicos para determinar se atua na qualidade de principal ou de agente. A Companhia concluiu que atua na qualidade de principal em todos os seus contratos geradores de receitas, salvo os que se referem a garantias estendidas e intermediação na venda de apólice de seguros. Nesse caso especificamente, a Companhia atua como agente, sendo a receita reconhecida numa base líquida, que reflete a comissão recebida das seguradoras. Além disso, devem ser satisfeitos os critérios de reconhecimento específicos a seguir para que as receitas sejam reconhecidas:

(i) *Receita*

a) Vendas de mercadorias

As receitas resultantes da venda de produtos são reconhecidas pelo seu valor justo e quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador, a Companhia e suas subsidiárias deixam de ter controle ou responsabilidade pelas mercadorias vendidas e os benefícios econômicos gerados para a Companhia e suas subsidiárias são prováveis. As receitas não são reconhecidas se sua realização for incerta.

b) Prestação de serviços

Pela atuação da Companhia como estipulante nas apólices de seguro de garantia estendida, seguro de proteção financeira, seguro de acidentes pessoais, intermediadora de vendas de assistência técnica e recarga de celular, as receitas auferidas são apresentadas líquidas dos respectivos custos e reconhecidas ao resultado quando for provável que os benefícios econômicos fluam para a Companhia, bem como seus valores possam ser confiavelmente mensurados.

c) Receita de serviços financeiros

Como a atividade de financiamento ao consumidor faz parte e torna-se fundamental para a condução dos negócios da Companhia, para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo. A receita de juros é incluída na rubrica de serviços financeiros, compondo o lucro bruto da Companhia, na demonstração do resultado.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis -- Continuação

u) Apuração do lucro líquido -- Continuação

(i) *Receita* -- Continuação

d) Receita de juros

Registra-se uma receita ou despesa de juros referente a todos os instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado, adotando-se a taxa de juros efetiva, que corresponde à taxa de desconto dos pagamentos ou recebimentos de caixa futuros ao longo da vida útil prevista do instrumento financeiro – ou período menor, conforme o caso – ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída no resultado financeiro na demonstração do resultado do exercício.

e) Devoluções e cancelamentos

As devoluções e cancelamentos são reconhecidos conforme sua ocorrência e solicitação do cliente, pelo regime de competência.

(ii) *Custo das mercadorias vendidas*

O custo das mercadorias vendidas compreende o custo das aquisições líquido dos descontos e bonificações recebidas de fornecedores, variações nos estoques e custos de logística.

A bonificação recebida de fornecedores é mensurada com base nos contratos e acordos assinados com os mesmos.

O custo das vendas inclui o custo das operações de logística administradas ou terceirizadas pela Companhia, compreendendo os custos de armazenamento, manuseio e frete incorridos até a disponibilização da mercadoria para venda. O custo dos transportes estão incluídos nos custos de aquisição.

(iii) *Despesas com vendas*

As despesas com vendas compreendem todas as despesas das lojas, tais como salários, *marketing*, ocupação, manutenção etc.

Os gastos com *marketing* se referem a campanhas publicitárias para cada segmento em que a Companhia atua. Os principais meios de comunicação utilizados pela Companhia são: rádio, televisão, jornais e revistas, tendo seus valores reconhecidos no resultado do exercício no momento de sua realização, líquidos dos valores de bonificação recebidos de fornecedores, em cooperação com as campanhas.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis -- Continuação

u) Apuração do lucro líquido -- Continuação

(iv) *Despesas gerais e administrativas*

As despesas gerais e administrativas correspondem às despesas indiretas e ao custo das unidades corporativas, incluindo compras e suprimentos, TI e atividades financeiras.

(v) *Outras despesas operacionais líquidas*

As outras receitas e despesas operacionais correspondem aos efeitos de eventos significativos ocorridos durante o exercício que não se enquadrem na definição das demais rubricas da demonstração do resultado.

(vi) *Resultado financeiro*

As despesas financeiras incluem substancialmente todas as despesas geradas pela dívida líquida e pela securitização de recebíveis durante o exercício, compensadas com os juros capitalizados, as perdas relacionadas à mensuração dos derivativos pelo valor justo, as perdas com alienações de ativos financeiros, os encargos financeiros sobre demandas judiciais e impostos e despesas de juros sobre arrendamento mercantil financeiro, bem como ajustes referentes a descontos.

As receitas financeiras incluem, substancialmente os rendimentos gerados pelo caixa e equivalentes de caixa e por depósitos judiciais, os ganhos relacionados à mensuração de derivativos pelo valor justo, os descontos em compras obtidos de fornecedores e outros descontos obtidos.

v) Tributação

Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e contribuição social correntes ativos e passivos, referentes ao exercício atual e a exercícios anteriores, são mensurados pelo valor previsto para ser ressarcido ou pago às autoridades fiscais. As alíquotas e leis tributárias adotadas para cálculo do imposto são aquelas em vigor ou substancialmente em vigor, nas datas dos balanços.

A tributação sobre a renda compreende o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), sendo calculada no regime do lucro real (lucro ajustado) segundo as alíquotas aplicáveis na legislação em vigor: 15% sobre o lucro real e 10% adicionais sobre o que exceder R\$240 em lucro real por ano, somente no caso do IRPJ, e 9%, no caso da CSLL.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis -- Continuação

v) Tributação -- Continuação

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos são gerados por diferenças temporárias, na data do balanço, entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis. São reconhecidos o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos referente a todas as diferenças temporárias dedutíveis e créditos e prejuízos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável que haverá lucro tributável contra o qual se possa deduzir as diferenças temporárias e prejuízos fiscais não utilizados, exceto quando o imposto de renda e contribuição social diferido referente à diferença temporária dedutível resulta do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios e que, no momento da operação, não afete o lucro contábil nem o lucro ou prejuízo fiscal.

São reconhecidos o imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos referente a todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto quando o passivo fiscal diferido resultar do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios e que, no momento da operação, não afete o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.

Com relação às diferenças temporárias dedutíveis associadas a investimentos em subsidiárias e associadas, são reconhecidos imposto de renda e contribuição social diferidos somente na medida em que seja provável que as diferenças temporárias serão revertidas em um futuro previsível e que haverá um lucro tributável contra o qual se possa utilizar as diferenças temporárias.

O valor contábil do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são revisados na data de cada balanço e reduzido na medida em que deixe de ser provável que haverá um lucro tributável suficiente para permitir a utilização da totalidade ou de parte do imposto de renda e contribuição social diferidos. O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos não reconhecidos são reavaliados na data de cada balanço e reconhecidos na medida em que tenha se tornado provável que haverá lucros tributáveis futuros que permitam a recuperação desses ativos.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos são mensurados segundo as alíquotas previstas para ser aplicadas no período em que o ativo é realizado ou o passivo é liquidado, com base nas alíquotas (e leis tributárias) em vigor ou substancialmente em vigor nas datas dos balanços.

Impostos diferidos relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também são reconhecidos no patrimônio líquido e não na demonstração do resultado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são compensados se houver um direito legal ou contratual para compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais de imposto de renda, e os impostos diferidos se referirem à mesma entidade contribuinte e à mesma autoridade tributária.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis -- Continuação

v) Tributação -- Continuação

Outros Impostos

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS"), e ao Imposto sobre Serviços ("ISS"), calculados com base nas alíquotas vigentes em cada região, e à contribuição para o Programa de Integração Social ("PIS") e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"), e são apresentados líquidos da receita de vendas no resultado do exercício. As receitas e despesas são reconhecidas líquidas do valor do imposto sobre vendas, exceto:

- Quando o imposto sobre vendas incidente sobre uma compra de ativos ou serviços não é recuperável junto à autoridade fiscal – nesse caso, o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou como parte do item de despesa, conforme o caso;
- Os valores a receber e a pagar demonstrados com o valor do imposto sobre vendas incluído. O valor líquido do imposto sobre vendas a recuperar ou a pagar à autoridade fiscal está incluído como parte dos valores a receber ou a pagar nos balanços patrimoniais; e
- Os impostos a recuperar ou impostos pagos antecipadamente estão demonstrados no ativo circulante e não circulante, de acordo com a expectativa de sua realização.

w) Plano de pensão

O plano de pensão é custeado por meio de pagamentos a seguradoras, sendo classificado como plano de contribuição definida de acordo com o CPC 33 (IAS 19). Um plano de contribuição definida é um plano de pensão no qual a Companhia paga contribuições fixas para uma pessoa física distinta. A Companhia não tem qualquer obrigação legal ou construtiva de efetuar contribuições adicionais em relação ao saldo dos ativos do plano. (Vide nota explicativa nº 30).

x) Demonstração do valor adicionado

Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRS.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis -- Continuação

x) Demonstração do valor adicionado -- Continuação

Tal demonstração foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e segundo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza gerada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, às outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custos das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos da perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado de equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da demonstração apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

5. Normas publicadas ainda não vigentes

Listamos a seguir as normas emitidas que ainda não haviam entrado em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras. Esta listagem de normas e interpretações emitidas contempla aquelas que a Companhia de forma razoável espera que produzam impacto nas divulgações, situação financeira ou desempenho mediante sua aplicação em data futura. A Companhia pretende adotar tais normas quando as mesmas entrarem em vigor.

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros – Classificação e Mensuração (CPC 38, 39 e 40) - a IFRS 9 encerra a primeira parte do projeto de substituição da "IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". A IFRS 9 utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo, com base na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. Esta norma passa a vigorar para exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2015, e a Companhia não prevê nenhum efeito significativo como resultado de sua adoção.

IFRS 10 - Demonstrações financeiras consolidadas (CPC 36 (R3)) - a IFRS 10 substitui o SIC 12 e a IAS 27 e se aplica às demonstrações financeiras consolidadas quando uma entidade controla uma ou mais entidades. A norma inclui uma nova definição de controle que contém três elementos: a) poder sobre uma investida; b) exposição, ou direitos, a retornos variáveis da sua participação na investida; e c) capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor dos retornos ao investidor. A norma passa a vigorar para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013, e a Companhia está avaliando eventuais impactos como resultado de sua adoção.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Normas publicadas ainda não vigentes -- Continuação

IFRS 11 – Joint Ventures (CPC 18 (R2)) - A IFRS 11 substitui o SIC 13 e IAS 31 e se aplica às entidades controladas em conjunto. De acordo com essa norma, os acordos de participação são classificados como operações conjuntas ou *joint ventures*, conforme os direitos e obrigações das partes dos acordos. As *joint ventures* devem ser contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial, enquanto as entidades controladas em conjunto, podem ser contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial ou pelo método de contabilização proporcional. A norma passa a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013. A Companhia avaliou o conteúdo da norma, e sua aplicação trará efeitos sobre a *joint venture* Bartira, que em 1º de janeiro de 2013, deixará de consolidar proporcionalmente o balanço patrimonial e demonstrações do resultado (conforme demonstrado na nota 3d), e preliminarmente, a Companhia avalia a possibilidade de contabilizar pelo método de equivalência patrimonial.

IFRS 12 – Divulgação da participação em outras entidades (CPC 45) - a IFRS 12 trata da divulgação de participação em outras entidades, cujo objetivo é possibilitar que os usuários conheçam os riscos, a natureza e os efeitos sobre as demonstrações financeiras dessa participação. A norma passa a vigorar para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013, e a Companhia não prevê nenhum efeito significativo como resultado de sua adoção.

IFRS 13 – Mensuração do valor justo (CPC 46) - a IFRS 13 se aplica quando outros pronunciamentos de IFRS exigem ou permitem mensurações ou divulgações do valor justo (e mensurações, tais como o valor justo menos custo de venda, com base no valor justo ou em divulgações sobre as referidas mensurações). A norma passa a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013, e a Companhia não prevê nenhum efeito significativo como resultado de sua adoção.

O IASB emitiu esclarecimentos para as normas e emendas de IFRS. A seguir elencamos as principais emendas:

- IAS 1 – Apresentação de demonstrações financeiras (CPC 26 (R1)) – apresentação de itens de “Outros resultados abrangentes”, cuja alteração passa a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de julho de 2012. Esta norma não produziu efeitos nas demonstrações financeiras da Companhia;
- IAS 19 – Benefícios aos empregados (CPC 33) – engloba desde alterações fundamentais, como a remoção do mecanismo do corredor e o conceito de retornos esperados sobre ativos do plano, até simples esclarecimentos sobre valorizações e desvalorizações e reformulação, cuja alteração passa a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013, e a Companhia não prevê nenhum efeito como resultado de sua adoção.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Normas publicadas ainda não vigentes -- Continuação

- IAS 27 – Demonstrações financeiras consolidadas e individuais (CPC 36) – como consequência da aplicação futura das IFRS 10 e 12, o que permanece na norma restringe-se à contabilização de subsidiárias, entidades de controle conjunto e associadas em demonstrações financeiras em separado, cuja alteração passa a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013, e a Companhia não prevê nenhum efeito significativo como resultado de sua adoção.
- IAS 28 – Investimentos em Coligadas (CPC 18 (R2)) – como consequência da aplicação futura das IFRS 11 e 12, a norma passa a ser a IAS 28 – Investimentos em Associadas, *Joint Ventures*, e descreve a aplicação do método da equivalência patrimonial para investimento em *joint ventures*, além do investimento em associadas, cuja alteração passa a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013. A Companhia avaliou o conteúdo da norma, e sua aplicação trará efeitos sobre a *joint venture* Bartira, que em 1º de janeiro de 2013, deixará de consolidar proporcionalmente o balanço patrimonial e demonstrações do resultado (conforme demonstrado na nota 3d), e preliminarmente, a Companhia avalia a possibilidade de contabilizar pelo método de equivalência patrimonial.
- IAS 32 – Instrumentos financeiros – Apresentação (CPC 39): adiciona orientações sobre a compensação entre ativos financeiros e passivos financeiros, cuja alteração passa a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014, e a Companhia não prevê nenhum efeito significativo como resultado de sua adoção.
- IFRS 7 – Instrumentos financeiros – Divulgações (CPC 40): adiciona orientações sobre a divulgação de compensação entre ativos financeiros e passivos financeiros, em consonância ou não com as alterações do IAS 32, cuja alteração passa a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013, e a Companhia não prevê nenhum efeito significativo como resultado de sua adoção.
- IAS 16 – Imobilizado: esta melhoria explica que as principais peças de reposição e equipamentos de prestação de serviços que satisfazem a definição de imobilizado não fazem parte dos estoques.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Principais julgamentos contábeis, estimativas e premissas

Julgamentos, estimativas e premissas

A elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e utilize premissas que afetam os valores demonstrados de receitas, despesas, ativos e passivos e a evidenciação dos passivos contingentes no encerramento do exercício, porém, as incertezas quanto a essas premissas e estimativas podem gerar resultados que exijam ajustes substanciais ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração adotou os seguintes julgamentos, estimativas e premissas, os quais tiveram o efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:

a) *Redução ao valor recuperável - "Impairment"*

Conforme método divulgado na nota explicativa nº 4 (h), a Companhia efetuou teste para verificar os ativos que poderiam não ser recuperáveis e no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, com base nos testes efetuados, não houve a necessidade de provisão.

O Procedimento para a verificação de não realização consiste no agrupamento de ativos operacionais e intangíveis (como fundo de comércio) diretamente atribuíveis as Unidades Geradoras de Caixa – UGC (lojas). Os passos do teste foram os seguintes:

- Passo 1: Comparou-se o valor contábil das UGC's com o valor de múltiplo de venda (30%), representativo de transações entre empresas de varejo. Para as UGC's com valor múltiplo inferior ao valor contábil, passamos a um método mais detalhado, descrito no Passo 2;
- Passo 2: Utilizamos crescimento de vendas entre 5,1% e 6,7% até o 5º ano, e crescimento de 2% acima da inflação para o 6º ano em diante. A taxa de descontos utilizada foi de 10,8%.

b) *Impostos sobre a renda*

Em virtude da natureza e complexidade dos negócios da Companhia, as diferenças entre os resultados efetivos e as premissas adotadas ou as futuras alterações dessas premissas, podem acarretar futuros ajustes de receitas e despesas tributárias já registradas. A Companhia e suas subsidiárias constituem provisões, com base em estimativas razoáveis, para as possíveis consequências de inspeções das autoridades fiscais. O valor dessas provisões baseiam-se em diversos fatores, tais como a experiência de fiscalizações anteriores e as diferentes interpretações da regulamentação fiscal pela entidade contribuinte e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem referir-se a uma grande variedade de questões, dependendo das condições vigentes no domicílio da respectiva entidade.

São reconhecidos o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos referentes a todos os prejuízos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável que haverá um

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Principais julgamentos contábeis, estimativas e premissas -- Continuação

b) *Impostos sobre a renda* -- Continuação

lucro tributável contra o qual os prejuízos possam ser compensados. A definição do valor do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos que podem ser reconhecidos exige um grau significativo de julgamento por parte da Administração, com base nas estimativas de lucro e no nível de lucro real tributável futuro, baseados no plano anual de negócios aprovado pelo Conselho de Administração.

Os prejuízos fiscais da Companhia e suas subsidiárias resultam em um benefício fiscal de R\$341.935 em 31 de dezembro de 2012 (R\$324.828 em 31 de dezembro de 2011). Esses prejuízos não têm prazo prescricional, limitado à 30% do lucro tributável, e referem-se a Companhia e subsidiárias, que dispõem de oportunidades de planejamento tributário para realização deste montante nos próximos exercícios.

A nota explicativa nº20 fornece outros detalhes sobre impostos.

c) *Valor justo dos derivativos e outros instrumentos financeiros*

Quando não é possível obtê-los em mercados ativos, o valor justo dos ativos e passivos financeiros registrados nas demonstrações financeiras é apurado conforme a hierarquia estabelecida pelo pronunciamento técnico CPC 38 (IAS 39), que determina certas técnicas de avaliação, entre as quais o modelo do fluxo de caixa descontado. As informações para esses modelos são obtidas, sempre que possível, de mercados observáveis ou informações de operações e transações comparáveis no mercado. Os julgamentos incluem um exame das informações, tais como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Eventuais alterações das premissas referentes a esses fatores podem afetar o valor justo demonstrado dos instrumentos financeiros.

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados ativamente em mercados organizados é apurado com base em cotações de mercado, nas datas dos balanços, sem dedução dos custos de operação. No caso de instrumentos financeiros não negociados ativamente, o valor justo baseia-se em técnicas de avaliação definidas pela Companhia e compatíveis com as práticas usuais do mercado. Essas técnicas incluem a utilização de operações de mercado recentes entre partes independentes, *benchmarking* do valor justo de instrumentos financeiros similares, a análise do fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros registrados no balanço patrimonial não pode ser observado em mercados ativos, ele é determinado usando técnicas de valorização, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. As informações desses modelos são extraídas do mercado quando possível. Quando tais informações não são possíveis, julgamento é requerido na determinação do valor justo. O julgamento inclui considerações dos *inputs* tais como: risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores podem afetar o valor justo dos instrumentos financeiros.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Principais julgamentos contábeis, estimativas e premissas -- Continuação

d) *Pagamentos baseado em ações*

A Companhia mensura os custos das transações de funcionários elegíveis a remuneração baseada em ações com base no valor justo dos instrumentos de patrimônio na data da outorga. A estimativa do valor justo das operações de pagamento baseado em ações exige uma definição do modelo de avaliação mais adequado, o que depende dos termos e das condições da outorga. Essa estimativa exige também uma definição das informações mais adequadas para o modelo de avaliação, incluindo a expectativa de vida útil da opção de ações, a volatilidade e o retorno dos dividendos, bem como a elaboração de premissas correspondentes. As premissas e modelos adotados na estimativa do valor justo referente às operações de pagamento baseado em ações estão evidenciados na nota explicativa nº 24(f).

e) *Provisão para demandas judiciais*

A Companhia e suas subsidiárias são partes em diversos processos judiciais e administrativos, vide nota explicativa nº 21. As provisões para demandas judiciais são constituídas para todas as causas que representam expectativa de perdas prováveis estimadas com certo grau de razoabilidade. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância jurídica, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração da Companhia acredita que as provisões para demandas judiciais tributárias, cíveis e trabalhistas estão adequadamente apresentadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

f) *Compromissos de arrendamento mercantil – a Companhia como arrendatária*

A Companhia celebrou contratos de locação de imóveis comerciais em sua carteira de imóveis arrendados e com base em uma avaliação dos termos e das condições dos contratos, e registra estes como arrendamento mercantil operacional, uma vez que não retém a totalidade dos riscos e das recompensas significativos da propriedade destes imóveis. O registro poderia ser diferente caso a Companhia avaliasse que retém os riscos e benefícios da propriedade dos imóveis.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Caixa e equivalentes de caixa

	Taxa (a)	Controladora		Consolidado	
		31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Caixa e contas bancárias		23.204	26.379	134.944	143.019
<u>Aplicações financeiras:</u>					
Bradesco	99,49%	-	-	792.423	712.472
Itaú BBA	100,21%	223.877	165.791	965.387	296.389
Safra	100,50%	90.341	1.893	253.809	154.491
Santander	100,70%	502	565	948	89.425
Votorantim	100,61%	2.261	2.125	3.638	3.638
Banco do Brasil	101,29%	61.654	80	415.929	8.728
Aplicações automáticas (b)	20,00%	2.349	3.942	12.448	16.610
HSBC Private Bank	102,50%	-	-	551	996
Caixa Econômica Federal	98,00%	-	-	1.057	-
		404.188	200.775	2.581.134	1.425.768

(a) As aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2012 e 2011 são substancialmente operações compromissadas remuneradas principalmente pela taxa do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI").

(b) Refere-se a recursos disponíveis em conta corrente, nos quais há uma rentabilidade diária atrelada à taxa do CDI, sendo seu resgate no primeiro dia útil seguinte ao da aplicação (D+1).

8. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Administradores de cartões de crédito (a)	56.784	69.233	183.543	222.199
Contas a receber de clientes do negócio atacado	-	378	30.016	49.106
Administradores de cartões de débito (b)	11.729	7.981	94.940	29.314
Financiamento ao consumidor – CDCI (c)	-	-	2.078.439	1.937.410
Financiamento ao consumidor – Bradesco	-	-	-	25.606
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (f)	-	(13)	(188.922)	(210.793)
Contas a receber – FIDCs (d)	-	944.800	-	1.377.054
Ajuste a valor presente (e)	-	-	(5.488)	(10.822)
Outras contas a receber de clientes	1.577	189	30.160	24.496
Circulante	70.090	1.022.568	2.222.688	3.443.570
Financiamento ao consumidor – CDCI (c)	-	-	117.487	117.783
Provisão para crédito de liquidação duvidosa (f)	-	-	(8.988)	(6.998)
Não circulante	-	-	108.499	110.785
Total	70.090	1.022.568	2.331.187	3.554.355

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Contas a receber -- Continuação

a) Administradores de cartão de crédito

São recebíveis de cartões de crédito referentes à venda de bens e serviços com vencimento em parcelas de até 24 meses. A Companhia vende tais recebíveis de cartões de crédito para bancos ou administradoras de cartões de crédito, sem qualquer direito de regresso ou obrigação relacionada para obter capital de giro. A taxa média praticada nos últimos 12 meses para estas operações de venda foi de 8,34% a.a..

b) Administradores de cartões de débito

São recebíveis de cartões de débito e boletos referentes à venda de bens e serviços nas lojas da Companhia e suas subsidiárias NCB e Nova Pontocom, cujos recursos são disponibilizados no dia posterior (D+1) à realização da venda por cartão de débito.

c) Financiamento ao consumidor

Corresponde aos financiamentos por crédito direto ao consumidor por interveniência (CDCI), que podem ser parcelados em até 24 meses, entretanto são substancialmente inferiores a 12 meses. A Companhia mantém contratos com instituições financeiras nos quais é designada como interveniente dessas operações. Vide nota explicativa nº 17 (c).

d) Contas a receber - FIDCs

A Companhia realizou operações de securitização de seus direitos creditórios representados substancialmente por vendas a crédito com tickets e contas a receber de administradoras de cartões de crédito, com o Globex Fundo de Investimento em Direitos Creditórios ("Globex FIDC"). O volume de operações cedidas ao fundo foi de R\$3.331.757 no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 (R\$3.802.184 em 31 de dezembro de 2011), no qual foi retida a responsabilidade de prestação de serviços e participação subordinada. Os custos na securitização desses títulos foram de R\$101.068 (R\$153.373 em 31 de dezembro de 2011), reconhecidos como despesas financeiras no resultado do exercício.

A prestação de serviços, que não é remunerada, inclui a análise de crédito e assistência pelo departamento de cobrança ao administrador do fundo.

Não constam mais saldos em aberto desses recebíveis no Globex FIDC em 31 de dezembro de 2012 (R\$944.800 na Controladora e R\$1.377.054 no Consolidado em 31 de dezembro de 2011). O saldo da carteira do Globex FIDC foi liquidado em 14 de dezembro de 2012.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Contas a receber – Continuação

e) Ajuste a valor presente

A taxa de desconto utilizada pela subsidiária NCB considera as atuais avaliações de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos para o ativo. As operações de vendas a prazo com o mesmo valor à vista foram trazidas ao seu valor presente na data das transações, em virtude de seus prazos, adotando a taxa média mensal das operações de antecipação de recebíveis junto às administradoras de cartão de crédito, no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 essas taxas eram em média de 0,72% ao mês (0,97% ao mês em 31 de dezembro de 2011).

f) Provisão para crédito de liquidação duvidosa

A provisão para crédito de liquidação duvidosa baseia-se na média histórica de perdas complementada pelas estimativas das perdas futuras prováveis da Companhia:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
No início do exercício	(13)	(2.863)	(217.791)	(179.474)
Provisão registrada no exercício	(370)	(3.190)	(327.388)	(268.725)
Baixas de contas a receber	383	6.040	347.269	230.408
No fim do exercício	-	(13)	(197.910)	(217.791)
Circulante	-	(13)	(188.922)	(210.793)
Não circulante	-	-	(8.988)	(6.998)

Abaixo apresentamos a composição do contas a receber líquido da provisão para crédito de liquidação duvidosa por período de vencimento:

			Vencidos mas não provisionados para perda - Controladora			
			<30 dias	30-60 dias	61-90 dias	>90 dias
31.12.2012	Total	A vencer	-	17	-	-
31.12.2011	1.022.568	1.022.083	107	378	-	-

			Vencidos mas não provisionados para perda - Consolidado			
			<30 dias	30-60 dias	61-90 dias	>90 dias
31.12.2012	2.331.187	2.181.670	73.076	29.628	19.787	27.026
31.12.2011	3.554.355	3.414.680	78.850	30.073	19.453	11.299

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Fundos de securitização de recebíveis

A Companhia operava até 2012 com um fundo de securitização de recebíveis constituídos para fins de aquisição das contas a receber por meio de cartões de crédito resultantes de vendas de produtos e serviços a seus clientes pela Companhia e suas subsidiárias, exceto recebíveis de crediário e cheques pré-datados.

A estrutura de capital do Globex FIDC em 31 de dezembro de 2011 era composta por 11.666 quotas seniores detidas por terceiros no valor de R\$1.184.522, representando 85,00% do patrimônio do fundo, e 1.910 quotas subordinadas, detidas pela Companhia e suas subsidiárias, no valor de R\$209.068 em 31 de dezembro de 2011, representando 15,00% do patrimônio do fundo. Em 31 de dezembro de 2012, o saldo remanescente do fundo é composto exclusivamente por 1.910 quotas subordinadas no montante de R\$24.923.

As quotas subordinadas foram atribuídas à Companhia, e estavam registradas no ativo circulante da Controladora, como participação nos fundos de securitização, com saldo de R\$24.923 em 31 de dezembro de 2012 (R\$209.068 em 31 de dezembro de 2011, registrado líquido no passivo circulante). A participação retida em quotas subordinadas representava a exposição máxima à perda das transações de securitização.

As taxas de juros das quotas seniores estão demonstradas abaixo:

Quotistas	Quantidade	31.12.2012		31.12.2011	
		Taxa do CDI	Saldo a resgatar	Taxa do CDI	Saldo a resgatar
Sênior- 1ª série	11.666	-	-	107,75%	1.184.522

As quotas subordinadas tem a obrigação de absorver as eventuais perdas nos recebíveis transferidos e eventuais perdas atribuídas ao fundo. Os detentores das quotas seniores não tinham direito de regresso contra os demais ativos da Companhia e de suas subsidiárias em caso de inadimplência dos valores devidos pelos clientes.

Reestruturação do Fundo em 2012

Com o objetivo de mudar a estrutura de endividamento da Companhia, foram negociadas mudanças no fundo de recebíveis.

As operações de desconto de recebíveis com cartão de crédito através do Globex FIDC foram encerradas em 14 de dezembro de 2012, em comum acordo com os quotistas Sênior.

Desta forma, as quotas sênior foram pagas aos quotistas pelo Fundo e em 31 de dezembro de 2012, remanesce no Fundo saldo de caixa e obrigações em contrapartida a quotas subordinadas que serão resgatadas, concluindo assim o processo de liquidação do Fundo, durante o primeiro trimestre de 2013.

Com esta reestruturação a Companhia passou a realizar a operação de desconto dos recebíveis conforme descrito na nota explicativa nº 8 (a).

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Lojas	375.046	446.593	923.906	1.169.117
Centrais de distribuição	297.990	240.104	1.837.482	1.664.231
Almoxarifado	3.588	-	26.168	-
Bonificações em estoques (a)	(15.983)	(20.225)	(40.178)	(63.532)
Provisão para obsolescência/quebra (b)	(8.324)	(16.315)	(34.197)	(58.139)
Ajuste a valor presente (c)	-	-	(15.683)	(23.538)
	<u>652.317</u>	<u>650.157</u>	<u>2.697.498</u>	<u>2.688.139</u>

a) Bonificações em estoques

A Companhia apropria ao resultado as bonificações recebidas de fornecedores na medida em que o estoque que deu origem à bonificação se realiza.

b) Provisão para obsolescência/quebras

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
No início do exercício	(16.315)	(9.963)	(58.139)	(30.717)
Adições	(4.018)	(31.075)	(12.889)	(265.436)
Baixas	12.009	24.723	36.831	238.014
No fim do exercício	<u>(8.324)</u>	<u>(16.315)</u>	<u>(34.197)</u>	<u>(58.139)</u>

A Companhia e suas subsidiárias efetuam provisões para obsolescência (baixo giro), margem negativa e quebras de estoque na Controladora e Consolidado.

c) Ajuste a valor presente

O ajuste a valor presente dos estoques refere-se à contrapartida do ajuste a valor presente de fornecedores, utilizando a mesma taxa indicada na nota 8(e).

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Circulante				
Impostos sobre vendas	66.890	67.256	526.531	262.791
Impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviços				
ICMS a recuperar (a)	62.000	44.532	520.433	105.340
Programa de Integração Social/Contribuição para o				
Financiamento da Seguridade Social - PIS/COFINS a recuperar	4.890	22.724	6.098	157.451
Imposto de renda	28.808	9.234	44.455	111.032
Imposto de renda sobre aplicação financeira	8.792	2.198	13.703	88.773
Outros	20.016	7.036	30.752	22.259
Outros	10.625	5.430	43.938	75.585
ICMS a recuperar sobre ativo imobilizado (a)	4.724	5.430	12.353	31.071
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	5.901	-	29.338	43.497
Ajuste a valor presente (a)	-	-	(118)	(543)
Outros	-	-	2.365	1.560
Total circulante	106.323	81.920	614.924	449.408
Não Circulante				
Impostos sobre vendas	170.249	160.861	994.457	687.925
ICMS a recuperar (a)	170.249	150.031	843.744	677.095
PIS/COFINS a recuperar	-	10.830	150.713	10.830
Outros	-	-	5.999	10.533
ICMS a recuperar sobre ativo imobilizado (a)	-	-	6.679	14.249
Ajuste a valor presente (a)	-	-	(680)	(3.716)
Total não circulante	170.249	160.861	1.000.456	698.458
Total	276.572	242.781	1.615.380	1.147.866

(a) A expectativa de realização total de ICMS a recuperar nos próximos cinco anos está indicada a seguir:

Em 31.12.2012	Consolidado
2013	532.668
2014	448.106
2015	296.217
2016	88.231
2017	17.189
	<u>1.382.411</u>

A Administração da Companhia revisou seu estudo técnico de viabilidade acerca da realização futura do ICMS, considerando a expectativa futura de compensação de débitos oriundos das operações, no contexto das principais variáveis de seus negócios. Esse estudo foi preparado com base em informações extraídas do relatório de planejamento estratégico previamente aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Outras contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Contas a receber referente venda de ativo imobilizado (i)	15.762	14.867	67.479	50.423
Verba cooperada com fornecedores (ii)	14.123	12.210	51.939	50.617
Adiantamentos a fornecedores	-	2.054	2.557	1.272
Adiantamentos e empréstimos a funcionários	4.957	225	10.004	8.208
Contas a receber relativo a créditos não homologados (iii)	36.050	30.690	36.050	30.690
Sinistros a receber (iv)	-	24.161	22.037	47.807
Outros	10.313	890	16.482	18.517
	81.205	85.097	206.548	207.534
Circulante	65.443	70.495	180.504	172.954
Não circulante	15.762	14.602	26.044	34.580

- (i) Contas a receber, na Controladora, refere-se ao saldo remanescente da venda ocorrida em março de 2008, de uma área equivalente a 32,84% de um Centro de Distribuição (CD) localizado no estado do Rio de Janeiro (RJ). No Consolidado inclui a venda de outros ativos da Companhia.
- (ii) Verba cooperada a receber de fornecedores, decorrentes do atendimento a volume de compras, proteção de preços, bem como parte de acordos que definem participação do fornecedor nos dispêndios relacionados à veiculação de propaganda e publicidade.
- (iii) A Companhia efetuou em 2007 a compra de créditos de PIS/COFINS para serem compensados com passivos tributários. Como os referidos créditos não foram homologados pelas autoridades fiscais, a Companhia tem o direito de ser ressarcida integralmente pela empresa vendedora do montante pago conforme previsto contratualmente.
- (iv) Valores a receber pela Companhia da empresa seguradora sobre ressarcimento de fretes decorrentes de cargas sinistradas de suas subsidiárias.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Partes relacionadas

Vendas, compras de mercadorias e outras operações

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
<u>Clientes</u>				
Nova Casa Bahia S.A. (d)	11	6.204	-	-
	11	6.204	-	-
<u>Fornecedores</u>				
Indústria de Móveis Bartira Ltda. (d)	-	-	(62.487)	-
Nova Casa Bahia S.A. (d)	(24.690)	(391.770)	-	-
	(24.690)	(391.770)	(62.487)	-
<u>Vendas</u>				
Nova Casa Bahia S.A. (d)	29.849	12.147	-	-
Nova Pontocom Comércio Eletrônico S.A.	-	5.531	-	-
	29.849	17.678	-	-
<u>Compras</u>				
Companhia Brasileira de Distribuição	-	(1.619)	-	(1.619)
Nova Casa Bahia S.A. (d)	(1.549.752)	(1.236.259)	-	-
Indústria de Móveis Bartira Ltda. (d)	-	-	(449.392)	(473.351)
Sendas Distribuidora Ltda.	-	(387)	-	(387)
	(1.549.752)	(1.238.265)	(449.392)	(475.357)

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Partes relacionadas -- Continuação

Vendas, compras de mercadorias e outras operações -- Continuação

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Ativo				
Financeira Itaú CBD S.A. (a)	3.411	3.634	3.411	3.634
Globex Administração de Consórcio Ltda.	-	1	-	-
Pontocred Negócios de Varejo Ltda. (b)	5.691	4.948	-	-
Ponto Frio Adm. e Importação de Bens Ltda. (b)	3.724	3.371	-	-
Companhia Brasileira de Distribuição (e)	148.321	163.743	163.936	178.492
Sé Supermercados Ltda. (b)	190.022	282.951	190.022	282.951
Novasoc Comercial Ltda. (b)	39.423	58.703	39.423	58.703
Nova Pontocom Comércio Eletrônico S.A.	1.069	-	600	-
Casa Bahia Comercial Ltda.(e)	1.568	-	103.236	55.243
Nova Casa Bahia S.A.	9.320	45.235	-	-
Indústria de Móveis Bartira Ltda. (d)	-	-	48	-
Outros	2.563	1.884	-	8
Total do ativo	405.112	564.470	500.676	579.031
Circulante	192.553	168.469	186.401	182.577
Não Circulante	212.559	396.001	314.275	396.454
Passivo				
Financeira Itaú CBD S.A. (a)	553	2.328	553	2.328
Globex Administração de Serviços Ltda. (b)	42.283	38.779	-	-
Ponto Frio Adm. e Importação de Bens Ltda. (b)	14.622	13.463	-	-
Companhia Brasileira de Distribuição (b), (c)	7.103	3.971	46.737	30.530
Casa Bahia Comercial Ltda. (e)	231	-	-	342
Nova Casa Bahia S.A. (d), (e)	24.690	391.770	-	-
Indústria de Móveis Bartira Ltda. (d)	-	-	62.487	-
Outras	-	7	-	-
Total do passivo	89.482	450.318	109.777	33.200
Circulante	33.130	398.412	109.777	32.583
Não circulante	56.352	51.906	-	617
Receitas (Despesas)				
Financeira Itaú CBD S.A. (a)	(676)	(3.661)	(676)	(3.661)
Globex Administração de Serviços Ltda. (b)	(6.883)	(4.061)	-	-
Ponto Frio Adm e Importação de Bens Ltda. (b)	(1.129)	-	-	-
PontoCred Negócios Varejo Ltda. (b)	82	-	-	-
Nova Pontocom Comércio Eletrônico S.A. (b),(d)	17.667	(7.313)	-	-
Novasoc Comercial Ltda. (b)	4.505	-	4.505	-
Sé Supermercados Ltda. (b)	23.991	-	23.991	-
Companhia Brasileira de Distribuição (b), (c), (e)	(12.451)	(17.202)	(12.451)	(17.202)
Nova Casa Bahia S.A. (d)	88.108	(14.887)	-	-
Casa Bahia Comercial Ltda. (e)	-	-	(152.033)	(141.183)
Indústria de Móveis Bartira (d)	-	-	(115)	-
Habile Segurança e Vigilância Ltda.(f)	-	-	(26.764)	(38.719)
Outras	(83)	-	-	-
	113.131	(47.124)	(163.543)	(200.765)

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Partes relacionadas -- Continuação

Vendas, compras de mercadorias e outras operações -- Continuação

As operações com partes relacionadas conforme acima apresentado são resultado principalmente de operações que a Companhia e suas subsidiárias mantêm entre si e com outras entidades relacionadas, e foram contabilizadas substancialmente segundo os preços, termos e condições acordadas entre as partes, sendo as principais:

a) Operações com a Financeira Itaú CBD S.A.

O ativo está representado, principalmente, por operações de crédito direto ao consumidor decorrente de vendas a prazo, realizadas pela Companhia e financiadas pela Financeira Itaú CBD S.A.. Nesta operação a Companhia recebe o valor presente das vendas a prazo em até 2 dias.

O passivo está representado, principalmente, por valores a serem repassados decorrentes de prestações recebidas nos caixas das lojas da Companhia, e que serão repassadas em até 2 dias após a efetiva disponibilização dos recursos na conta da Companhia.

O resultado no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 representa principalmente: (i) ressarcimento de despesas decorrentes da utilização de infraestrutura, principalmente, de custos e despesas comuns na proporção de seu respectivo aproveitamento, entre elas: despesas de salários de operadores de caixas, comissões na venda de produtos financeiros; (ii) despesas financeiras de desconto de recebíveis (chamadas de “rebate financeiro”); e (iii) receita de aluguel de imóveis.

b) Contratos de mútuos com as controladas e controladora.

A Via Varejo possui contrato de mútuo com as controladas Globex Administração de Serviços Ltda., Ponto Frio Administração e Importação de Bens Ltda. e Pontocred Negócios de Varejo Ltda., atualizados pela taxa média de 105,9% CDI (105,9% do CDI em 31 de dezembro de 2011). E, com a controladora Companhia Brasileira de Distribuição e suas controladas Sé Supermercados Ltda. e Novasoc Comercial Ltda., atualizados pela taxa média de 109,3% do CDI (109,3% do CDI em 31 de dezembro de 2011).

A Nova Pontocom, subsidiária da Via Varejo, possuía contrato de mútuo com a Companhia Brasileira de Distribuição com a taxa média de 105,99% do CDI. Este contrato foi liquidado em novembro de 2012.

c) Operações com a controladora Companhia Brasileira de Distribuição (“GPA”)

A controladora GPA, desde o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, efetuou contratações de empresas de prestação de serviços assim como despesas com pessoal para integração e suporte às operações da Companhia e aluguel, após aquisição de seu controle, sendo assim, foi considerado em seu saldo de partes relacionadas, uma obrigação com a controladora.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Partes relacionadas -- Continuação

Vendas, compras de mercadorias e outras operações -- Continuação

d) Operações de aluguéis, prestação de serviço e compras e vendas de mercadorias com empresas controladas e ligadas

A Companhia realizou operações de aluguel e prestação de serviços com suas subsidiárias NCB, Pontocred Negócios de Varejo Ltda., Ponto Frio Adm. e Importação de Bens Ltda. e Nova Pontocom, em condições acordadas entre as partes e estão devidamente registradas compondo o saldo no balanço da controladora.

A Companhia também efetuou operações de compras e vendas de mercadorias com as subsidiárias NCB e Indústria de Móveis Bartira Ltda. A subsidiária NCB tem um compromisso de volume mínimo de compra com a subsidiária Bartira, o qual vem sendo cumprido, e que pode ser renegociado em caso de eventos mercadológicos ou macroeconômicos.

e) Primeiro aditivo ao acordo de associação Via Varejo, GPA e Casas Bahia

A Companhia possui um contas a receber referente ao “Primeiro Aditivo ao Acordo de Associação” entre Via Varejo, GPA e Casa Bahia Comercial, que garante à Via Varejo o direito de indenização, por GPA e Casa Bahia Comercial, de certas demandas judiciais e reembolso de despesas reconhecidos a partir de 30 de junho de 2010.

Adicionalmente, a Companhia e suas subsidiárias NCB e Bartira têm contratos de aluguéis de 296 imóveis entre centros de distribuição, prédios comerciais e administrativos estabelecidos em condições específicas com os administradores da Casa Bahia Comercial Ltda.

f) Serviços de segurança executiva e patrimonial

A Companhia, por meio de sua subsidiária NCB, contratou serviços de segurança da empresa Habile Segurança e Vigilância S.A., empresa controlada por acionistas da Companhia.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Partes relacionadas -- Continuação

Vendas, compras de mercadorias e outras operações -- Continuação

g) Remuneração da Administração e Conselho Fiscal

As despesas relativas à remuneração do pessoal da alta administração (Diretores indicados conforme o Estatuto Social e o Conselho de Administração) e do Conselho Fiscal, que foram registradas na demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, foram as seguintes:

	Em relação à remuneração total - 2011				Total
	Benefícios de curto prazo	Remuneração variável	Plano de Pensão	Remuneração baseada em ações	
Conselho de Administração(*)	676	-	-	-	676
Conselho Fiscal	468	-	-	-	468
Diretoria	5.784	10.638	49	-	16.471
	6.928	10.638	49	-	17.615

	Em relação à remuneração total - 2012				Total
	Benefícios de curto prazo	Remuneração variável	Plano de Pensão	Remuneração baseada em ações	
Conselho de Administração(*)	1.088	-	-	-	1.088
Conselho Fiscal	499	-	-	-	499
Diretoria	7.010	8.759	122	1.504	17.395
	8.597	8.759	122	1.504	18.982

(*) Remuneração de acordo com o número de participação em reunião.

A Companhia não possui benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo. A Companhia e sua subsidiária Nova Pontocom mantêm um plano de remuneração baseado em ações para a Administração, vide nota explicativa nº 24 (f).

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Investimentos

	Controladora									
	GAC	GAS	FACT	PFAB	PCRE	Nova.com	Lake	NCB	Outros	Total
Saldos em 31.12.2010	2.169	46.748	967	-	-	24.371	98.505	1.158.619	15.228	1.346.607
Ajuste de IFRS de coligadas	-	-	-	-	-	-	(14.224)	-	-	(14.224)
Variação cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	1.916	1.916
Equivalência patrimonial	1.556	6.286	50	1.163	(30)	13.443	15.907	179.432	16	217.823
Recebimento de dividendos	-	-	-	-	-	-	(3.152)	-	-	(3.152)
Outros	-	-	-	(1.163)	30	1.237	-	(3)	-	101
Saldos em 31.12.2011	3.725	53.034	1.017	-	-	39.051	97.036	1.338.048	17.160	1.549.071
Variação cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	1.537	1.537
Recebimento de dividendos	-	-	-	-	-	(28)	-	-	-	(28)
Equivalência patrimonial	6.491	4.565	52	893	(87)	1.455	(458)	273.511	48	286.470
Transferência para passivo a descoberto	-	-	-	(893)	87	561	-	-	-	(245)
Saldos em 31.12.2012	10.216	57.599	1.069	-	-	41.039	96.578	1.611.559	18.745	1.836.805

	Consolidado	
	BINV	FIC
Saldos em 31.12.2010	29.073	66.263
Ajuste de IFRS em coligadas	(14.223)	-
Equivalência patrimonial	4.872	11.035
Saldos em 31.12.2011	19.722	77.298
Distribuição de dividendos	(1.551)	(2.532)
Equivalência patrimonial	575	(1.029)
Saldos em 31.12.2012	18.746	73.737

A controladora mantém um saldo em passivo a descoberto de R\$ 7.460 em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 8.266 em 31 de dezembro de 2011) para as controladas PFAB e PCRE.

A nomenclatura por extenso das empresas e participação da Companhia nas subsidiárias está descrita na nota 3 (a).

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Investimentos -- Continuação

(i) *Financeira Itaú CBD S.A. ("FIC")*

As demonstrações financeiras resumidas da FIC são as seguintes:

	Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011
Ativo circulante	3.384.723	3.485.365
Ativo não circulante	43.171	201.785
Ativo total	3.427.894	3.687.150
Passivo circulante	2.768.570	3.008.357
Passivo não circulante	18.710	52.446
Patrimônio líquido	640.614	626.347
Total passivo e patrimônio líquido	3.427.894	3.687.150
<u>Demonstração do resultado:</u>		
Receitas	897.814	911.643
Resultados operacionais	66.671	75.849
Lucro líquido do exercício	39.268	77.509

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Imobilizado

a) Controladora

	Saldo em 31.12.2010	Adições	Depreciações	Baixas	Transferências	Saldo em 31.12.2011
Terrenos	10.341	-	-	1.263	-	11.604
Edifícios	35.108	-	(39)	141	2.353	37.563
Benfeitorias em imóveis de terceiros	41.365	15.167	(469)	(16.527)	11.690	51.226
Máquinas e equipamentos	7.045	50	(224)	412	4.200	11.483
Equipamentos de Informática	22.096	12.322	(2.488)	(2.238)	2.581	32.273
Instalações	7.433	1.692	(84)	1.067	(3.458)	6.650
Móveis e utensílios	19.343	3.399	(384)	1.385	(2.347)	21.396
Veículos	47	116	(17)	-	137	283
Imobilizado em andamento	10.674	38.199	-	-	(20.854)	28.019
Outros	10.652	-	(775)	(121)	(2.983)	6.773
	164.104	70.945	(4.480)	(14.618)	(8.681)	207.270
Arrendamento mercantil financeiro						
Veículos	770	-	(79)	(47)	(191)	453
Total	164.874	70.945	(4.559)	(14.665)	(8.872)	207.723

	Saldo em 31.12.2011	Adições	Depreciações	Baixas	Transferências	Saldo em 31.12.2012
Terrenos	11.604	-	-	-	-	11.604
Edifícios	37.563	-	(2.220)	(2.313)	(1.224)	31.806
Benfeitorias em imóveis de terceiros	51.226	44.613	(7.707)	11.219	21.865	121.216
Máquinas e equipamentos	11.483	528	(1.060)	(471)	1	10.481
Equipamentos de Informática	32.273	4.719	(12.012)	(2.674)	9.497	31.803
Instalações	6.650	4.086	(745)	(250)	(208)	9.533
Móveis e utensílios	21.396	18.163	(2.588)	(1.240)	1.678	37.409
Veículos	283	40	(84)	(142)	105	202
Imobilizado em andamento	28.019	6.891	-	(358)	(31.182)	3.370
Outros	6.773	1.211	(2.368)	(152)	(494)	4.970
	207.270	80.251	(28.784)	3.619	38	262.394
Arrendamento mercantil financeiro						
Veículos	453	-	(85)	(365)	-	3
Total	207.723	80.251	(28.869)	3.254	38	262.397

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Imobilizado -- Continuação

a) Controladora -- Continuação

	Saldo em 31.12.2012			Saldo em 31.12.2011		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Terrenos	11.604	-	11.604	11.604	-	11.604
Edifícios	87.998	(56.192)	31.806	95.685	(58.122)	37.563
Benfeitorias em imóveis de terceiros	224.203	(102.987)	121.216	140.568	(89.342)	51.226
Máquinas e equipamentos	14.281	(3.800)	10.481	14.343	(2.860)	11.483
Equipamentos de Informática	56.357	(24.554)	31.803	46.199	(13.926)	32.273
Instalações	15.592	(6.059)	9.533	12.274	(5.624)	6.650
Móveis e utensílios	44.116	(6.707)	37.409	25.754	(4.358)	21.396
Veículos	281	(79)	202	345	(62)	283
Imobilizado em andamento	3.370	-	3.370	28.019	-	28.019
Outros	19.870	(14.900)	4.970	20.327	(13.554)	6.773
	477.672	(215.278)	262.394	395.118	(187.848)	207.270
Arrendamento mercantil financeiro						
Veículos	684	(681)	3	2.398	(1.945)	453
Total	478.356	(215.959)	262.397	397.516	(189.793)	207.723

b) Consolidado

	Saldo em 31.12.2010	Adições	Depreciações	Baixas	Transferências	Saldo em 31.12.2011
Terrenos	14.633	-	-	1.263	-	15.896
Edifícios	37.757	-	(95)	141	866	38.669
Benfeitorias em imóveis de terceiros	122.090	72.496	(11.664)	(16.535)	17.162	183.549
Máquinas e equipamentos	39.512	5.848	(2.473)	190	(6.441)	36.636
Equipamentos de Informática	61.622	37.967	(18.285)	(8.520)	33.580	106.364
Instalações	121.166	15.504	(17.549)	821	(14.855)	105.087
Móveis e utensílios	160.411	18.297	(23.640)	(19.057)	(10.933)	125.078
Veículos	137.791	65.068	(29.235)	(3.485)	3.379	173.518
Imobilizado em andamento	21.292	69.508	-	(12)	(60.747)	30.041
Outros	3.789	1.179	(2.256)	(121)	20.048	22.639
	720.063	285.867	(105.197)	(45.315)	(17.941)	837.477
Arrendamento mercantil financeiro						
Equipamentos de Informática	41.990	51.077	(7.158)	(16.812)	(8.724)	60.373
Veículos	15.460	-	(9.989)	(2.565)	11.158	14.064
	57.450	51.077	(17.147)	(19.377)	2.434	74.437
Total	777.513	336.944	(122.344)	(64.692)	(15.507)	911.914

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Imobilizado – Continuação

b) Consolidado -- Continuação

	Saldo em 31.12.2011	Adições	Depreciações	Baixas	Transferências	Saldo em 31.12.2012
Terrenos	15.896	-	-	-	-	15.896
Edifícios	38.669	-	(2.276)	(2.313)	(1.224)	32.856
Benfeitorias em imóveis de terceiros	183.549	142.224	(32.933)	11.205	28.946	332.991
Máquinas e equipamentos	36.636	8.219	(4.601)	(1.126)	1.778	40.906
Equipamentos de Informática	106.364	33.247	(34.800)	(4.889)	15.431	115.353
Instalações	105.087	13.805	(19.340)	(2.279)	4.555	101.828
Móveis e utensílios	125.078	34.735	(23.605)	(6.705)	7.559	137.062
Veículos	173.518	3.263	(23.073)	(14.383)	12.970	152.295
Imobilizado em andamento	30.041	37.166	-	(358)	(49.752)	17.097
Outros	22.639	4.626	(3.608)	(153)	10	23.514
	837.477	277.285	(144.236)	(21.001)	20.273	969.798
Arrendamento mercantil financeiro						
Equipamentos de Informática	60.373	3.176	(17.157)	983	1	47.376
Veículos	14.064	-	(95)	(3.793)	(1)	10.175
	74.437	3.176	(17.252)	(2.810)	-	57.551
Total	911.914	280.461	(161.488)	(23.811)	20.273	1.027.349

O saldo da coluna de Transferência de Imobilizado foi impactado pelo montante de R\$23.720 de ICMS sobre ativo imobilizado que foi incorporado ao custo do ativo.

	Saldo em 31.12.2012			Saldo em 31.12.2011		
	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Terrenos	15.896	-	15.896	15.896	-	15.896
Edifícios	93.337	(60.481)	32.856	101.024	(62.355)	38.669
Benfeitorias em imóveis de terceiros	489.575	(156.584)	332.991	301.403	(117.854)	183.549
Máquinas e equipamentos	62.600	(21.694)	40.906	56.693	(20.057)	36.636
Equipamentos de Informática	181.238	(65.885)	115.353	140.700	(34.336)	106.364
Instalações	152.100	(50.272)	101.828	136.526	(31.439)	105.087
Móveis e utensílios	188.970	(51.908)	137.062	153.375	(28.297)	125.078
Veículos	198.726	(46.431)	152.295	204.257	(30.739)	173.518
Imobilizado em andamento	17.097	-	17.097	30.041	-	30.041
Outros	39.655	(16.141)	23.514	36.194	(13.555)	22.639
	1.439.194	(469.396)	969.798	1.176.109	(338.632)	837.477
Arrendamento mercantil financeiro						
Equipamentos de Informática	89.348	(41.972)	47.376	86.172	(25.799)	60.373
Veículos	12.679	(2.504)	10.175	20.292	(6.228)	14.064
Total	1.541.221	(513.872)	1.027.349	1.282.573	(370.659)	911.914

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Imobilizado -- Continuação

b) Consolidado -- Continuação

Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia e suas subsidiárias NCB e Bartira contabilizaram no custo das mercadorias vendidas e serviços prestados o valor de R\$35.755 (R\$27.031 em 31 de dezembro de 2011) referente à depreciação da sua frota de caminhões, maquinários, edificações e instalações dos centros de distribuição.

c) Custos de empréstimos capitalizados

O valor dos custos de empréstimos capitalizados consolidados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foi de R\$483 (R\$1.343 em 31 de dezembro de 2011). A taxa adotada para apuração dos custos de captação de empréstimos elegíveis para capitalização foi de aproximadamente 100% do CDI (100% do CDI em 2011), correspondente à taxa de juros efetiva dos empréstimos tomados pelas empresas.

d) Testes de recuperação de ativos

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, não houve perda relacionada a redução ao valor recuperável. O valor recuperável foi calculado com base no valor em uso, tendo sido determinado em relação à unidade geradora de caixa. A unidade geradora de caixa consistia nos ativos das lojas de cada um dos segmentos do Grupo. Para determinação do valor em uso da unidade geradora de caixa, os fluxos de caixa foram descontados à taxa de 9,3% antes dos impostos sobre a renda.

e) Revisão de vida útil de ativo imobilizado e intangível

A Companhia revisou a vida útil do ativo imobilizado e intangível no exercício de 2012 e concluiu que não há alterações a realizar neste período.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Intangíveis

a) Controladora

	Saldo em 31.12.2010	Adições	Amortização	Baixas	Transferências	Saldo em 31.12.2011
Ágio	7.581	-	-	-	-	7.581
Fundo de comércio	18.090	-	(8.842)	(4.735)	7.615	12.128
Software e licenças	24.818	158	(7.006)	(20.304)	3.337	1.003
Provisão para não recuperação	(2.277)	-	-	4.358	(2.081)	-
	48.212	158	(15.848)	(20.681)	8.871	20.712

	Saldo em 31.12.2011	Adições	Amortização	Baixas	Transferências	Saldo em 31.12.2012
Ágio	7.581	-	-	-	(57)	7.524
Fundo de comércio	12.128	-	(4.054)	(579)	-	7.495
Marcas e patentes	-	17	-	-	-	17
Software e licenças	1.003	79	(28)	(791)	19	282
	20.712	96	(4.082)	(1.370)	(38)	15.318

	Saldo em 31.12.2012			Saldo em 31.12.2011		
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Ágio	7.524	-	7.524	7.581	-	7.581
Fundo de comércio	54.437	(46.942)	7.495	56.195	(44.067)	12.128
Marcas e patentes	17	-	17	-	-	-
Software e licenças	316	(34)	282	3.979	(2.976)	1.003
	62.294	(46.976)	15.318	67.755	(47.043)	20.712

b) Consolidado

	Saldo em 31.12.2010	Adições	Amortização	Baixas	Transferências	Saldo em 31.12.2011
Ágio	7.581	-	-	-	-	7.581
Fundo de comércio	28.251	7.779	(12.138)	(4.735)	7.078	26.235
Marcas e patentes	126	82	-	-	-	208
Software e licenças	89.917	26.286	(25.360)	(21.216)	3.293	72.920
Provisão para não recuperação	(2.277)	-	-	4.358	(2.081)	-
	123.598	34.147	(37.498)	(21.593)	8.290	106.944

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Intangíveis -- Continuação

b) Consolidado -- Continuação

	Saldo em 31.12.2011	Adições	Amortização	Baixas	Transferências	Saldo em 31.12.2012
Ágio	7.581	-	-	-	(57)	7.524
Fundo de comércio	26.235	-	(8.050)	(579)	3.442	21.048
Marcas e patentes	208	41	-	-	-	249
Software e licenças	72.920	50.823	(28.837)	(791)	63	94.178
	106.944	50.864	(36.887)	(1.370)	3.448	122.999

	Saldo em 31.12.2012			Saldo em 31.12.2011		
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Ágio	7.524	-	7.524	7.581	-	7.581
Fundo de comércio	76.316	(55.268)	21.048	74.574	(48.339)	26.235
Marcas e Patentes	249	-	249	208	-	208
Software e licenças	159.400	(65.222)	94.178	112.292	(39.372)	72.920
	243.489	(120.490)	122.999	194.655	(87.711)	106.944

c) Testes de não recuperação do ágio e de intangíveis

Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia efetuou cálculo para determinar o valor de recuperação do ágio decorrentes de aquisições passadas cujo saldo deixou de ser amortizado a partir de 1º de janeiro de 2008 com o objetivo de avaliar se ocorreram alterações no valor dos ativos decorrentes de eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais e tecnológicas que poderiam indicar deterioração ou perda do valor recuperável "Impairment" para todas as Unidades Geradoras de Caixa ("UGC").

O valor recuperável dos segmentos foi determinado por meio de cálculo baseado no valor em uso a partir de projeções de caixa provenientes de orçamentos financeiros aprovados pela alta administração para os próximos três anos. A taxa de desconto antes dos impostos sobre a renda aplicada a projeções de fluxo de caixa é de 10,8% (15,5% em 31 de dezembro de 2011), e os fluxos de caixa que excedem o período de três anos são extrapolados utilizando uma taxa de crescimento de 6,7% (3,0% em 31 de dezembro de 2011). Como resultado dessa análise, não houve perda por redução ao valor recuperável.

d) Fundo de comércio

Os Fundos de Comércio se referem a valores pagos a antigos proprietários de pontos comerciais e, por montantes calculados como o valor justo destes direitos nas combinações de negócio de Casas Bahia e Ponto Frio. Para fins de teste de não realização destes ativos, foram alocados as lojas que deram origem ao direito, e testados em conjunto com ativo fixo conforme descrito na nota 15 (d).

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Intangíveis – Continuação

e) Outros Intangíveis

O *software* foi submetido a testes de recuperação segundo os mesmos critérios definidos para o ativo imobilizado.

17. Empréstimos e financiamentos

a) Composição da dívida

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
<u>Debêntures (j)</u>				
Debêntures	13.624	-	119.085	-
Custo de Captação	(252)	-	(598)	-
	13.372	-	118.487	-
<u>Moeda Local</u>				
BNDES (e), (f)	1.375	4.863	22.373	43.405
IBM (f)	5.100	6.815	5.100	6.815
Capital de giro (d)	-	-	300	88.830
Crédito direto ao consumidor por interveniência – CDCI (c), (d)	-	-	2.498.998	2.263.122
FIDC(h) e (Nota 9)	-	-	-	-
Arrendamento mercantil financeiro (Nota 22)	-	-	14.419	15.229
Outros	-	-	-	2.347
	6.475	11.678	2.541.190	2.419.748
<u>Moeda Estrangeira – dólar americano</u>				
Capital de giro (d)	130.268	392.571	130.670	432.390
Contratos de <i>swap</i> (d), (g)	839	8.155	1.487	6.633
Custo de captação	-	(41)	-	(41)
	131.107	400.685	132.157	438.982
Circulante	150.954	412.363	2.791.834	2.858.730
<u>Debêntures (j)</u>				
Debêntures	400.000	-	800.000	-
Custo de Captação	(398)	-	(759)	-
	399.602	-	799.241	-
<u>Moeda Local</u>				
BNDES (e), (f)	-	1.376	14.051	30.077
IBM (f)	-	5.111	-	5.111
Crédito direto ao consumidor por interveniência – CDCI (c), (d)	-	-	130.338	129.300
FIDC(h) e (Nota 9)	-	735.732	-	1.184.522
Arrendamento mercantil financeiro (Nota 22)	-	-	15.699	31.825
	-	742.219	160.088	1.380.835
<u>Moeda Estrangeira – dólar americano</u>				
Capital de giro (d)	-	116.036	47.719	116.036
Contratos de <i>swap</i> (d), (g)	-	5.330	(7.793)	5.330
	-	121.366	39.926	121.366
Não circulante	399.602	863.585	999.255	1.502.201
Total	550.556	1.275.948	3.791.089	4.360.931

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Empréstimos e financiamentos -- Continuação

b) Cronograma de vencimentos dos empréstimos e financiamentos reconhecidos no passivo não circulante

<u>Ano</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2014	-	400.014
2015	400.000	600.000
Subtotal	400.000	1.000.014
Custo de captação	(398)	(759)
Total	399.602	999.255

c) Crédito direto ao consumidor por interveniência - CDCI

As operações de financiamento ao consumidor por interveniência correspondem às atividades de financiamento de vendas a prazo a clientes, por intermédio de uma instituição financeira, realizadas pela subsidiária NCB. As vendas podem ser parceladas em até 24 meses, entretanto são substancialmente inferiores a 12 meses. Os encargos financeiros médios cobrados são de 111,40% do CDI. Nesses contratos, a NCB retém substancialmente os riscos e benefícios atrelados aos créditos financiados por instituições financeiras, tendo como garantia os direitos creditórios da NCB.

d) Financiamento de capital de giro, swap e crédito direto ao consumidor por interveniência ("CDCI")

	<u>Controladora</u>			<u>Consolidado</u>		
	<u>Taxa*</u>	<u>31.12.2012</u>	<u>31.12.2011</u>	<u>Taxa*</u>	<u>31.12.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
Dívida						
<u>Capital de giro e CDCI</u>						
Banco do Brasil		-	-	109,56% do CDI	915.976	739.255
Bradesco		-	-	111,77% do CDI	887.730	1.041.287
Santander		-	-	104,00% do CDI	-	88.830
Safra		-	-	114,23% do CDI	825.930	611.880
					2.629.636	2.481.252
<u>Moeda estrangeira – dólar americano</u>						
Banco do Brasil	3,94% a.a. e 2,25% a.a.	-	317.373	3,94% a.a. e 2,25% a.a.	-	317.373
Bradesco	2,68% a.a.	-	75.198	2,68% a.a. e 3,94% a.a.	-	115.017
Citibank	(Libor USD+1,45%) a.a.	-	-	(Libor USD+1,45%) a.a.	48.121	-
Santander	4,50% a.a.	130.268	116.036	4,50% a.a.	130.268	116.036
		130.268	508.607		178.389	548.426
<u>Contratos de swap</u>						
Banco Brasil	104,20% e 112,30% a.a. do CDI	-	10.981	104,20% e 112,30% a.a. do CDI	-	10.981
Bradesco	103,90% a.a. do CDI	-	(2.826)	103,90% a.a. do CDI	-	(4.348)
Citibank		-	-	105,00% a.a. do CDI	(7.145)	-
Santander	110,70% a.a. do CDI	839	5.330	110,70% a.a. do CDI	839	5.330
		839	13.485		(6.306)	11.963
Total geral		131.107	522.092		2.801.719	3.041.641

(*)Taxa média ponderada

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Empréstimos e financiamentos -- Continuação

- d) Financiamento de capital de giro, swap e crédito direto ao consumidor por interveniência ("CDCI")
-- Continuação

Os recursos para fins de financiamento de capital de giro são captados junto a instituições financeiras locais, denominadas em moeda estrangeira ou local. As principais operações classificadas nesta rubrica são empréstimos para financiamento do capital de giro.

- e) BNDES

Encargos financeiros anuais	Período de carência em meses	Data		Controladora		Consolidado	
		Emissão	Vencimento	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
TJLP + 2,3% a.a.	3	Fev/07	Mai/12	-	2.112	-	2.112
7% a.a.	3	Mar/10	Out/12	-	-	-	16.809
4,5% a.a.	3	Set/09	Nov/14	-	-	26	-
TJLP + 2,3% a.a.	3	Jun/08	Jun/13	1.375	4.127	1.375	4.127
TJLP + 1,9% a.a.	6	Mai/11	Jun/14	-	-	16.930	28.234
TJLP + 1,9% a.a + 1% a.a.	6	Mai/11	Jun/14	-	-	7.258	12.106
TJLP + 3,5%a.a. + 1% a.a.	6	Mai/11	Jun/14	-	-	6.052	10.094
TJLP + 2,5%a.a	12	Set/12	Ago/15	-	-	4.783	-
				1.375	6.239	36.424	73.482
Circulante				1.375	4.863	22.373	43.405
Não circulante				-	1.376	14.051	30.077

Os contratos de linha de créditos em moeda local, com o BNDES, são sujeitos à indexação baseada na Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, acrescida de *spread* e taxa de juros, a fim de refletir a carteira de financiamento do BNDES. O financiamento é pago em parcelas mensais depois de um período de carência, como demonstrado no quadro abaixo.

Nas captações realizadas pela Companhia constitui hipótese de vencimento antecipado a alteração do controle acionário. Referidas instituições financeiras já se manifestaram formalmente quanto ao não exercício da faculdade que lhes é assegurada quanto à declaração de vencimento antecipado.

- f) Garantias

A Companhia assinou notas promissórias e cartas de fianças para garantia aos empréstimos e financiamentos junto ao BNDES e Banco IBM.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Empréstimos e financiamentos -- Continuação

g) Contratos de swap

A Companhia faz uso de operações de *swap* para trocar obrigações denominadas em dólares norte-americanos para o Real atrelado as taxas de juros do CDI (flutuante). A Companhia contrata operações de *swap* com a mesma contraparte e moeda dos empréstimos correspondentes. Todas estas transações são classificadas como contabilização de *hedge*, conforme divulgadas na nota explicativa nº 18. A taxa de referência anual do CDI em 31 de dezembro de 2012 era de 8,40% (11,60% em 31 de dezembro de 2011).

h) Quotas do Globex FIDC

Segundo o CPC 38 (IAS 39), a Companhia registrava os valores relativos às quotas sênior como “Empréstimos e financiamentos”. Para maiores informações vide nota explicativa nº 9.

i) Demonstrações dos fluxos de caixa

Nas demonstrações dos fluxos de caixa da Controladora e do Consolidado o pagamento de juros foi incluído nas atividades de financiamento.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Empréstimos e financiamentos -- Continuação

j) Debêntures

	Tipo	Valor emissão	Debêntures em circulação	Data			Encargos financeiros anuais	Preço unitário	Controladora Consolidado	
				Emissão	Vencimento				31.12.2012	31.12.2012
<u>Controladora</u>										
3ª emissão 1ª série – Via Varejo	Sem preferência	400.000	40.000	17/2/2012	30/7/2015		CDI + 1,0%	10	413.624	413.624
<u>Subsidiárias</u>										
1ª emissão 1ª série – Nova Pontocom	Sem preferência	100.104	100.000	25/4/2012	25/4/2013		105,35% do CDI	1	-	105.461
1ª emissão 1ª série - NCB	Sem preferência	200.000	20.000	29/6/2012	29/12/2014		CDI + 0,72%	10	-	200.000
1ª emissão 2ª série - NCB	Sem preferência	200.000	20.000	29/6/2012	29/1/2015		CDI + 0,72%	10	-	200.000
Custo de captação									(650)	(1.357)
									412.974	917.728

Passivo circulante

Passivo não circulante

a) Movimentação das debêntures em circulação

	Quantidade de debêntures	Valor
Em 31.12.2011	-	-
3ª emissão 1ª série – Via Varejo	40.000	400.000
1ª emissão 1ª série – Nova	100.000	100.000
1ª emissão 1ª série - NCB	20.000	200.000
1ª emissão 2ª série - NCB	20.000	200.000
Juros Provisionados	-	54.790
Amortizações	-	(35.705)
Custo de captação 3ª emissão	-	(1.357)
Em 31.12.2012	180.000	917.728

13.372 118.487
399.602 799.241

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Empréstimos e financiamentos -- Continuação

j) Debêntures -- Continuação

A Controladora e suas subsidiárias utilizam a emissão de debêntures para fortalecer o capital de giro e alongamento do perfil de endividamento. As debêntures emitidas não são conversíveis em ações e possuem aval da Companhia Brasileira de Distribuição ("CBD").

A amortização das debêntures ocorrerá na data de vencimento com a seguinte periodicidade: i) 3ª emissão Via Varejo: pagamentos semestrais, com base na data de emissão, sempre nos dias 30 de janeiro e 30 de julho de cada ano; ii) 1ª emissão Nova Pontocom: pagamento ao final do período de capitalização; e iii) 1ª emissão NCB: pagamentos semestrais com base na data de emissão, sempre nos dias 29 de dezembro e 29 de junho de cada ano, com exceção da última parcela da 2ª série com vencimento no dia 29 de janeiro de 2015.

A Companhia possui o direito de resgatar antecipadamente a 3ª emissão da Via Varejo a partir do 18º mês, enquanto que as emissões das subsidiárias Nova Pontocom e NCB não dão o mesmo direito.

A Via Varejo e sua subsidiária NCB tem a obrigação de manter índices financeiros em conexão com as emissões efetuadas, exceto no caso da Nova Pontocom. Esses índices são calculados com base nas demonstrações financeiras consolidadas das companhias, sendo: i) a dívida líquida (dívida menos caixa e equivalentes de caixa e contas a receber e para 1ª emissão da NCB considerar o contas a receber com deságio de 1,5%) não excedente ao patrimônio líquido e; ii) índice dívida líquida consolidada dividido pelo EBITDA menor ou igual a 3,25 (efetivo em 31 de dezembro de 2012 foi de 0,22). Em 31 de dezembro de 2012 as Companhias haviam atendido todos esses índices.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Instrumentos financeiros

A Companhia faz uso de instrumentos financeiros somente para proteção de riscos identificados, limitado a 100% dos riscos. As operações com derivativos são exclusivamente utilizadas para reduzir a exposição a riscos decorrentes da flutuação de moeda estrangeira e taxa de juros, visando a manutenção do equilíbrio da estrutura de capital. Os instrumentos financeiros da Companhia são apresentados em atendimento aos CPCs 38, 39 e 40 (IAS 39, 32 e IFRS 7).

Os principais instrumentos financeiros e seus valores registrados nas demonstrações financeiras, por categoria, são os seguintes:

	Controladora			
	Contábil		Valor Justo	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Ativos financeiros:				
<u>Empréstimos e recebíveis</u>				
Caixa e equivalentes de caixa	404.188	200.775	404.188	200.775
Contas a receber	70.090	1.022.568	70.090	1.022.568
Partes relacionadas ativo	405.112	564.470	405.112	564.470
Passivos financeiros:				
<u>Custo amortizado</u>				
Partes relacionadas passivo	(89.482)	(450.318)	(89.482)	(450.318)
Fornecedores	(554.166)	(509.557)	(554.166)	(509.557)
Debêntures	(412.974)	-	(409.301)	-
Empréstimos e financiamentos	(6.475)	(753.897)	(6.475)	(753.897)
<u>Passivos financeiros derivativos ao valor justo por meio do resultado</u>				
Empréstimos e financiamentos	(131.107)	(522.051)	(131.107)	(522.051)
Exposição líquida	(314.814)	(448.010)	(311.141)	(448.010)
	Consolidado			
	Contábil		Valor Justo	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Ativos financeiros:				
<u>Empréstimos e recebíveis</u>				
Caixa e equivalentes de caixa	2.581.134	1.425.768	2.581.134	1.425.768
Contas a receber	2.331.187	3.554.355	2.334.920	3.559.368
Partes relacionadas ativo	500.676	579.031	500.676	579.031
Passivos financeiros:				
<u>Custo amortizado</u>				
Partes relacionadas passivo	(109.777)	(33.200)	(109.777)	(33.200)
Fornecedores	(3.132.545)	(2.857.469)	(3.132.545)	(2.857.469)
Debêntures	(917.728)	-	(914.055)	-
Empréstimos e financiamentos	(2.701.278)	(3.800.583)	(2.764.660)	(3.837.012)
<u>Passivos financeiros derivativos ao valor justo por meio do resultado</u>				
Empréstimos e financiamentos	(172.083)	(560.348)	(172.082)	(560.348)
Exposição líquida	(1.620.414)	(1.692.446)	(1.676.389)	(1.723.862)

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Instrumentos financeiros -- Continuação

O valor justo de outros instrumentos financeiros descritos na nota explicativa nº18(c) permite uma aproximação do valor contábil com base nas condições de pagamento existentes. A classificação da hierarquia dos ativos e passivos a valor justo está descrita na nota nº18(c).

A Companhia adota métodos e procedimentos de controle de risco, tais como descritos a seguir:

a) Considerações sobre os fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e suas subsidiárias

(i) *Risco de crédito*

- Caixa e equivalentes de caixa: a fim de minimizar o risco de crédito desses investimentos, a Companhia adota políticas que restringem os investimentos em instituições financeiras aprovadas pelo Comitê de Fluxo de Caixa da Companhia, levando ainda em consideração limites monetários e avaliações de instituições financeiras, que são constantemente atualizados (Vide nota explicativa nº 7).
- Contas a receber: o risco de crédito relativo as contas a receber é minimizado pelo fato de grande parte das vendas da Companhia e suas subsidiárias serem realizadas por meio de cartões de crédito, e efetua operação de venda desses recebíveis junto aos bancos e administradoras de cartões de créditos, com o objetivo de prover-se de capital de giro. Essa venda proporciona o desconhecimento das contas a receber em virtude da transferência do risco de crédito, benefícios e controle sobre tais ativos.
- A Companhia também incorre em risco de contraparte relacionado aos instrumentos derivativos. Esse risco é mitigado pela política da Companhia de efetuar transações com as instituições financeiras renomadas.
- Vendas financiadas CDCI são as vendas feitas através de acordos operacionais (linhas de crédito) com os bancos Bradesco, Safra e Banco do Brasil para concessão de financiamentos CDCI aos seus clientes, por meio de intermediação com as respectivas instituições financeiras, com o objetivo de viabilizar e fomentar a venda de mercadorias nos seus estabelecimentos comerciais. Nessa modalidade de venda, a NCB tem responsabilidade final pela liquidação do financiamento e pelo risco de crédito da operação.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Instrumentos financeiros -- Continuação

a) Considerações sobre os fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e suas controladas -- Continuação

(ii) *Risco de taxa de juros*

A Companhia e suas subsidiárias obtêm empréstimos e financiamentos junto às principais instituições financeiras para fazer frente a necessidade de caixa para investimentos e crescimento. Em decorrência, a Companhia e suas subsidiárias estão expostas ao risco de flutuações relevantes na taxa juros, especialmente em função da parte passiva das operações com derivativos (*Hedge* Cambial) e de dívidas referenciadas em CDI. O saldo de aplicações financeiras, indexadas ao CDI, neutraliza parcialmente esse efeito.

(iii) *Risco da taxa de câmbio*

A Companhia e suas subsidiárias estão expostas a flutuações nas taxas de câmbio, que podem acarretar aumento dos saldos passivos de empréstimos em moeda estrangeira. A Companhia e suas subsidiárias utilizam-se de derivativos, tais como *swaps*, que visam mitigar o risco de exposição cambial, transformando o custo da dívida em moeda e taxa de juros locais.

(iv) *Risco de gestão de capital*

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital bem estabelecida a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Empréstimos e financiamentos	550.556	1.275.948	3.791.089	4.360.931
(-) Caixa e equivalente de caixa	(404.188)	(200.775)	(2.581.134)	(1.425.768)
Dívida líquida	146.368	1.075.173	1.209.955	2.935.163
Patrimônio líquido	2.954.714	2.636.622	2.995.588	2.675.515
Patrimônio líquido e dívida líquida	3.101.082	3.711.795	4.205.543	5.610.678

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Instrumentos financeiros -- Continuação

a) Considerações sobre os fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e suas controladas

(v) *Risco de gestão de liquidez*

A Companhia gerencia o risco de liquidez através do acompanhamento diário do fluxo de caixa, controle dos vencimentos dos ativos e passivos financeiros e relacionamento próximo com as principais instituições financeiras.

O quadro a seguir resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

	Controladora			Consolidado		
	Menos de	De 1 a 5	Total	Menos de	De 1 a 5	Total
	1 ano	anos		1 ano	anos	
Empréstimos e financiamentos	404.961	133.982	538.943	3.069.970	303.580	3.373.550
Instrumentos financeiros derivativos	8.316	6.083	14.399	9.304	6.083	15.387
Arrendamento mercantil financeiro	7.160	5.516	12.676	22.447	37.340	59.787
Saldo em 31.12.2011	420.437	145.581	566.018	3.101.721	347.003	3.448.724

	Controladora			Consolidado		
	Menos de	De 1 a 5	Total	Menos de 1	De 1 a 5	Total
	1 ano	anos		ano	anos	
Empréstimos e financiamentos	143.335	-	143.335	2.665.349	193.573	2.858.922
Debêntures	31.915	467.974	499.889	170.604	901.934	1.072.538
Instrumentos financeiros derivativos	2.463	-	2.463	4.874	(6.311)	(1.437)
Arrendamento mercantil financeiro	-	-	-	18.025	20.000	38.025
Saldo em 31.12.2012	177.713	467.974	645.687	2.858.852	1.109.196	3.968.048

(vi) *Instrumentos financeiros derivativos*

Algumas operações de *swap* são classificadas como *hedges* de valor justo, cujo objetivo é proteger da exposição cambial (dólares norte-americanos) e das taxas de juros variáveis internacionais, convertendo a dívida para moeda local e taxa de juros variáveis (CDI). Esses contratos montam, em 31 de dezembro de 2012, ao valor de referência de R\$140.000 (R\$481.810 em 31 de dezembro de 2011). Essas operações são usualmente contratadas nos mesmos termos de valores, prazos e taxas e, preferencialmente, realizadas com a mesma instituição financeira, observados os limites fixados pela Administração.

De acordo com as políticas de tesouraria da Companhia, não são permitidas contratações de *swaps* com limitadores ("*caps*"), margens, cláusulas de arrependimento, duplo indexador, opções flexíveis ou quaisquer outras modalidades

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Instrumentos financeiros -- Continuação

a) Considerações sobre os fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e suas controladas -- Continuação

(vi) *Instrumentos financeiros derivativos* -- Continuação

de operações diferentes dos *swaps* tradicionais para proteção de dívidas, inclusive para fins especulativos.

O ambiente de controles internos da Companhia foi desenhado de modo a garantir que as transações celebradas estejam em conformidade com essa política de tesouraria.

A Companhia calcula a efetividade das operações cuja contabilização de *hedge* aplicada quando da sua contratação e em bases contínuas. As operações de *hedges* contratadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 apresentaram efetividade em relação às dívidas objeto dessa cobertura. Para as operações com derivativos qualificados como contabilidade de cobertura ("*hedge accounting*"), conforme o CPC 38 (IAS 39), a dívida objeto da cobertura é também ajustada a valor justo conforme as regras de *hedge* de valor justo, que estão apresentadas na tabela abaixo.

		Consolidado			
		31.12.2012		31.12.2011	
	Taxas %	Valor referência	Valor Justo	Valor referência	Valor Justo
<u>Hedge de valor justo</u>					
Objeto de <i>hedge</i> (dívida)		(140.000)	(178.675)	(481.810)	(549.258)
<u>Posição Ativa</u>					
Banco do Brasil	USD + Pré 3,94% a.a.	-	-	150.629	169.284
Santander	USD + Pré 4,5% a.a.	100.000	132.656	100.000	118.163
Bradesco	USD + Pré 2,28% a.a. e 2,68%	-	-	100.000	116.146
Citibank	(Libor USD + 1,45%a.a.)*1,17647	40.000	48.407	-	-
Banco do Brasil	USD + Pré 2,25% a.a.	-	-	131.181	150.419
		140.000	181.063	481.810	554.012
<u>Posição passiva</u>					
Banco do Brasil	112,3% do CDI	-	-	(150.629)	(185.364)
Santander	110,7% do CDI	(100.000)	(133.495)	(100.000)	(123.493)
Bradesco	103,9% do CDI	-	-	(100.000)	(111.799)
Citibank	105% do CDI	(40.000)	(41.262)	-	-
Banco do Brasil	104,2% do CDI	-	-	(131.181)	(145.319)
		(140.000)	(174.757)	(481.810)	(565.975)
Posição swap líquida		-	6.306	-	(11.963)

Ganhos e perdas realizados e não realizados, sobre esses contratos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 são registrados no resultado financeiro líquido, e o saldo a pagar pelo valor justo é de R\$6.306 (R\$11.963 em 31 de dezembro de 2011) e está registrado na rubrica "Empréstimos e financiamentos".

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Instrumentos financeiros -- Continuação

a) Considerações sobre os fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e suas subsidiárias -- Continuação

(vi) *Instrumentos financeiros derivativos* -- Continuação

Os efeitos do *hedge* de valor justo por meio de resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foram de perda no valor de R\$15.377 (perda de R\$9.967 em 31 de dezembro de 2011).

(vii) *Valores justos dos instrumentos financeiros derivativos*

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado ou um passivo liquidado entre partes com conhecimento e voluntariamente em uma operação em condições de mercado.

Os valores justos são calculados pela projeção de fluxo de caixa futuro das operações, usando as curvas do CDI descontando-os ao valor presente, usando taxas do CDI para *swaps*, ambas divulgadas pela BM&FBovespa.

Os valores a mercado dos *swaps* cupom cambiais versus CDI foram obtidos utilizando-se as taxas de câmbio de mercado vigentes na data em que as demonstrações financeiras são levantadas e as taxas projetadas pelo mercado calculadas com base nas curvas de cupom da moeda. Para a apuração do cupom das posições indexadas em moeda estrangeira foi adotada a convenção linear - 360 dias corridos e para a apuração do cupom das posições indexadas em CDI foi adotada a convenção exponencial - 252 dias úteis.

b) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros

A análise de sensibilidade foi desenvolvida para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela administração, ao qual a entidade esteja exposta na data de encerramento de cada exercício.

Foi considerado como cenário mais provável, na avaliação da Administração de se realizar, nas datas de vencimento de cada uma das operações, o que o mercado vem sinalizando através das curvas de mercado (moedas e juros) da BM&FBovespa. Dessa maneira, no cenário provável (cenário I), não há impacto sobre o valor justo dos instrumentos financeiros já apresentados anteriormente. Para os cenários II e III, para efeito exclusivo de análise de sensibilidade, considerou-se uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, nas variáveis de risco, até a data de vencimento dos instrumentos financeiros.

No caso dos instrumentos financeiros derivativos (destinados à proteção da dívida financeira), as variações dos cenários são acompanhadas dos respectivos objetos de proteção, indicando que os efeitos não são significativos, vide tabela (i) abaixo.

A Companhia divulgou a exposição líquida dos derivativos e os instrumentos financeiros correspondentes na tabela de análise de sensibilidade abaixo, para cada um dos cenários mencionados:

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Instrumentos financeiros -- Continuação

b) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros -- Continuação

(i) *Hedge de valor justo (nas datas de vencimento)*

Operações	Risco	Projeção de Mercado		
		Cenário I	Cenário II	Cenário III
Dívida em USD	Aumento do USD	(185.926)	(232.408)	(278.889)
Swap (ponta ativo em USD)	Aumento do USD	188.360	235.450	282.540
	Efeito líquido	2.434	3.042	3.651
Swap (posição passiva em CDI)	Aumento do CDI	(182.631)	(184.134)	(185.700)
Efeito líquido total comparado com o cenário I			(895)	(1.852)

(ii) *Outros instrumentos financeiros*

Operações	Risco	Projeção de Mercado		
		Cenário I	Cenário II	Cenário III
Empréstimos Bancários	100% CDI	(3.040.849)	(3.090.251)	(3.139.652)
Arrendamento mercantil	100% CDI	(32.211)	(32.734)	(33.258)
Debêntures	100% CDI + 1%	(991.325)	(1.007.430)	(1.023.535)
Caixa e equivalentes de caixa	20% a 102,50% CDI	2.746.153	2.787.408	2.828.663
Exposição líquida total		(1.318.232)	(1.343.007)	(1.367.782)
Deterioração comparada com o cenário I			(24.775)	(49.550)

c) Mensurações de valor justo

Ativos e passivos consolidados mensurados ao valor justo são resumidos a seguir:

	31.12.2012	Preços orçados em mercados ativos para instrumentos idênticos (Nível 1)	Outros insumos significativos observáveis (Nível 2)
Instrumentos financeiros			
derivativos	6.306	-	6.306
Caixa e equivalentes de caixa	2.581.134	2.581.134	-
Empréstimos e financiamentos	(172.083)	-	(172.084)
Debêntures	(917.728)	-	(917.728)
	1.497.629	2.581.134	(1.083.506)

Não houve movimentação entre os níveis de mensuração do valor justo no exercício.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Instrumentos financeiros -- Continuação

d) Posição consolidada das operações com instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2012, a posição consolidada das operações de instrumentos financeiros derivativos em aberto está apresentada no quadro a seguir:

Em abertos					Valor a (pagar) ou a receber		Valor Justo	
Descrição	Contrapartes	Valor de referência	Data da contratação	Vencimento	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Swap cambiais registrados na CETIP	Santander	USD 57.471	16/04/2010	10/04/2013	(1.350)	(5.680)	(839)	(5.330)
	Banco do Brasil	USD 84.000	31/03/2010	12/03/2012	-	(16.320)	-	(16.080)
	Bradesco	USD 38.892	07/01/2011	04/01/2012	-	3.423	-	4.348
	Banco do Brasil	USD 78.500	09/02/2011	03/02/2012	-	4.964	-	5.099
	Citibank	USD 40.000	13/02/2012	13/02/2014	6.765	-	7.145	-
Total					5.415	(13.613)	6.306	(11.963)

19. Impostos e contribuições sociais a recolher e impostos parcelados

i) Impostos e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
PIS e COFINS a pagar	17.443	15.684	181.014	79.201
Provisão para imposto de renda e contribuição social	4.535	4.773	93.759	151.052
ICMS a pagar	53.198	-	177.356	-
Outros	3.436	4.116	8.913	10.050
	78.612	24.573	461.042	240.303

ii) Impostos parcelados

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Tributos federais	31.246	31.636	31.241	32.192
Previdenciários	13.740	13.744	13.740	13.744
	44.986	45.380	44.981	45.936
Circulante	3.480	3.396	3.467	3.579
Não circulante	41.506	41.984	41.514	42.357

O parcelamento da lei 11.941/2009 (Refis IV) é constituído por débitos previdenciários e dos seguintes impostos: PIS, COFINS, IRPJ, CSLL e IRRF.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Impostos de renda e contribuição social

a) Reconciliação das despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	358.714	36.597	536.540	158.339
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal de 34%	(121.963)	(12.443)	(182.424)	(53.835)
Equivalência patrimonial	97.400	74.060	(154)	5.408
Baixa de ativos não dedutível	(10.439)	-	(25.316)	-
Outras diferenças permanentes não dedutíveis	(3.003)	(7.749)	(6.487)	(6.058)
Imposto de renda e contribuição social efetivos	(38.005)	53.868	(214.381)	(54.485)
Corrente	-	-	(115.358)	(121.446)
Diferido	(38.005)	53.868	(99.023)	66.961
Despesas de imposto de renda e contribuição social	(38.005)	53.868	(214.381)	(54.485)
Taxa efetiva	-10,59%	147,2%	-39,96%	-34,4%

b) Composição de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Imposto de renda e contribuição social diferidos:				
Prejuízos fiscais e base negativa	341.819	296.663	341.935	324.828
Provisão para demandas judiciais e outros	59.835	73.750	86.091	78.656
Provisão para swaps de taxa de juros	446	5.382	(2.430)	6.227
Provisões para devedores duvidosos	6.557	6.601	73.852	80.823
Benefício fiscal de ágio sobre incorporação reversa	163.410	215.013	163.410	215.013
Ajuste a valor presente de ativos e passivos qualificáveis	-	-	648	3.265
Depreciação/amortização de imobilizado e intangível	-	-	(35.130)	(21.612)
Arrendamento mercantil financeiro	-	-	(5.324)	(4.867)
Provisão para despesas correntes	-	-	49.557	59.466
Outros	6.744	19.407	22.126	51.959
	578.811	616.816	694.735	793.758
Ativo fiscal diferido	578.811	616.816	698.119	793.758
Passivo fiscal diferido	-	-	(3.384)	-

Nota: Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos foram classificados em 31 de dezembro de 2012 e 2011 de forma a apresentar os valores líquidos por entidade contribuinte, nos termos do CPC 32 (IAS 12).

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Impostos de Renda e Contribuição Social -- Continuação

c) Reconciliação das despesas de imposto de renda diferido e contribuição social

O imposto de renda e contribuição social diferidos foram constituídos em decorrência de estudos preparados pela Administração quanto à geração de lucros tributáveis que possibilitem a realização total desses valores nos próximos anos, conforme indicado a seguir:

<u>Exercício social</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2013	109.506	199.766
2014	122.663	121.616
2015	109.272	110.904
2016	110.580	123.939
2017	126.790	138.510
	<u>578.811</u>	<u>694.735</u>

A Administração da Companhia preparou estudo técnico de viabilidade acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade provável de geração de lucros tributáveis, no contexto das principais variáveis de seus negócios. Esse estudo foi examinado com base em informações extraídas do relatório de planejamento estratégico previamente aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia.

21. Provisão para demandas judiciais

A provisão para demandas judiciais é estimada pela Companhia e corroborada por seus consultores jurídicos. A provisão foi estabelecida em um montante considerado suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis pelos consultores jurídicos da Companhia.

a) Controladora

	<u>PIS/COFINS</u>	<u>Outras Tributárias</u>	<u>Previdenciárias e Trabalhistas</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2010	32.602	26.467	28.957	53.973	141.999
Adições	2.235	9.484	14.356	56.006	82.081
Pagamentos	-	(4.804)	(1.216)	(4.152)	(10.172)
Reversões	(2.723)	(16.496)	(14.123)	(56.197)	(89.539)
Atualização monetária	2.258	9.558	1.511	7.438	20.765
Saldos em 31 de dezembro de 2011	34.372	24.209	29.485	57.068	145.134
Adições	-	9.333	6.756	49.382	65.471
Pagamentos	-	(901)	(1.162)	(8.608)	(10.671)
Reversões	-	(347)	(9.037)	(65.136)	(74.520)
Atualização monetária	1.678	1.976	4.597	7.654	15.905
Saldos em 31 de dezembro de 2012	<u>36.050</u>	<u>34.270</u>	<u>30.639</u>	<u>40.360</u>	<u>141.319</u>

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Provisão para demandas judiciais -- Continuação

b) Consolidado

	PIS/COFINS	Outras Tributárias	Previdenciárias e Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2010	32.602	26.533	31.223	63.123	153.481
Adições	2.235	9.484	15.353	68.083	95.155
Pagamentos	-	(4.804)	(1.904)	(13.099)	(19.807)
Reversões	(2.723)	(16.498)	(16.584)	(56.872)	(92.677)
Atualização monetária	2.258	9.558	2.831	9.276	23.923
Saldos em 31 de dezembro de 2011	34.372	24.273	30.919	70.511	160.075
Adições	-	9.333	23.872	77.059	110.264
Pagamentos	-	(901)	(2.306)	(12.696)	(15.903)
Reversões	-	(411)	(16.559)	(95.098)	(112.068)
Atualização monetária	1.678	1.976	7.357	11.321	22.332
Saldos em 31 de dezembro de 2012	36.050	34.270	43.283	51.097	164.700

c) Tributárias

Os processos tributários fiscais estão sujeitos, por lei, à atualização mensal, que se refere a um ajuste no montante de provisões para demandas judiciais de acordo com as taxas dos indexadores utilizados por cada jurisdição fiscal. Em todos os casos, tanto os encargos de juros quanto as multas, quando aplicáveis, foram computados e totalmente provisionados com respeito aos montantes não pagos.

Os principais processos tributários provisionados são como segue:

PIS e COFINS

Compensações de débitos fiscais de PIS e COFINS, com créditos fiscais de IPI no montante de R\$36.050 em 31 de dezembro de 2012 (R\$34.372 em 31 de dezembro de 2011), adquiridos da Nitriflex S.A. (transferidos à Companhia com base em decisão transitado em julgado), que face a alteração de entendimento do Supremo Tribunal Federal – STF quanto ao direito do crédito de IPI, nossos consultores jurídicos externos recomendaram, em 2009, a constituição de provisão diante dessas alterações jurisprudenciais que tiveram lugar naquele exercício.

Majoração da alíquota de ICMS

Majoração da alíquota de ICMS em 1%, instituída pelo Estado do Rio de Janeiro – Fundo Estadual de Combate à Pobreza, no montante de R\$21.899 em 31 de dezembro de 2012 (R\$20.147 em 31 de dezembro de 2011), cujos valores estão depositados integralmente.

d) Trabalhistas e previdenciárias

A Companhia é parte em vários processos trabalhistas, principalmente devido a demissões no curso normal de seus negócios. Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia mantinha uma provisão de R\$43.283 (R\$30.919 em 31 de dezembro de 2011) avaliadas como risco provável. Os processos trabalhistas são indexados pela Taxa Referencial de Juros (TR'BACEN) 1,00% acumulada no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 (0,96% acumulado no exercício de 31 de dezembro de 2011) mais juros mensais de 1%.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Provisão para demandas judiciais -- Continuação

e) Cíveis e Outros

A Companhia responde a ações de natureza cível e outras em diversos níveis judiciais. A Administração da Companhia constitui provisões em montantes considerados suficientes para cobrir decisões judiciais desfavoráveis quando seus consultores jurídicos internos e externos entendem que as perdas sejam prováveis.

Entre estes processos, destacam-se:

- A Companhia ajuíza e responde a diversas ações em que se pede a renovação de contratos de locação ou a revisão dos valores dos aluguéis pagos pelas lojas. Nestas ações, é fixado pelo Juiz de Direito um valor provisório de aluguel, o qual passa a ser pago pelas lojas, até que se defina, em laudo e sentença, o valor final da locação. A Companhia constitui provisão da diferença entre o valor originalmente pago pelas lojas e o definido provisoriamente nestas ações. Em outras ações, a Companhia constitui provisão da diferença entre o valor pago a título de aluguel provisório e aquele pleiteado pela parte contrária da ação, baseado em laudo do assistente técnico da parte contrária. Em 31 de dezembro de 2012, o montante da provisão para essas ações é de R\$7.328, para as quais não há depósitos judiciais (R\$7.331 em 31 de dezembro de 2011).
- A Companhia é parte em ações envolvendo direitos das relações de consumo (ações cíveis e autuações dos PROCONs) e em algumas ações envolvendo rescisões de contrato com fornecedores, sendo que o montante referido nos aludidos processos perfaz a importância de R\$43.769 em 31 de dezembro de 2012 (R\$63.180 em 31 de dezembro de 2011).

f) Outros passivos contingentes não provisionados

A Companhia possui outras demandas que foram analisadas por assessores jurídicos e consideradas como possíveis, portanto, não provisionadas totalizando um montante de R\$961.773 em 31 de dezembro de 2012 (R\$749.926 em 31 de dezembro de 2011), e são relacionados principalmente a:

Tributárias

- COFINS, PIS, IRPJ, IRRF, CSLL, IOF, IPI e INSS – processos administrativos e judiciais relacionados a pedidos de compensação não reconhecidos pelo fisco, gerados em função de créditos advindos de êxito em processos judiciais; referentes à divergência de recolhimentos e pagamentos a maior; multa por descumprimento de obrigação acessória, dentre outros de menor expressão. O montante envolvido nos referidos processos perfaz a importância aproximada de R\$338.425 em 31 de dezembro de 2012 (R\$221.806 em 31 de dezembro de 2011);
- ICMS, ISS, e taxas – autuações fiscais objetivando tributar receitas decorrentes da comercialização de garantia estendida, diferenças de informações transmitidas para Fazenda Estadual, bem como, visando rever a apropriação de créditos: a) aquisição de mercadorias de fornecedores com inscrição estadual irregular perante o fisco,

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Provisão para demandas judiciais -- Continuação

f) Outros passivos contingentes não provisionados -- Continuação

Tributárias -- Continuação

b) descumprimento de obrigações acessórias, c) outros de menor expressão. O montante envolvido nas referidas autuações perfaz a importância aproximada de R\$256.578 em 31 de dezembro de 2012 (R\$221.372 em 31 de dezembro de 2011).

Cíveis e outros

- A Companhia ajuíza e responde diversas ações em que se pede a renovação de contratos de locação ou a revisão dos valores dos aluguéis pagos pelas lojas;
- Processos administrativos instaurados pelos PROCONs em alguns estados onde exerce as suas atividades;
- Ação Indenizatória ajuizada por ex-fornecedor de serviços, decorrente de rescisão contratual.

O montante envolvido nos referidos processos cíveis e outros perfaz a importância aproximada de R\$60.754 em 31 de dezembro de 2012 (R\$89.658 em 31 de dezembro de 2011).

Trabalhistas

A Companhia é parte em processos trabalhistas cujos pedidos versam sobre desvio de função, danos morais, horas extras pleiteadas por colaboradores ocupantes de cargos gerenciais, as quais são consideradas como sendo possíveis de perda, tendo em vista a existência de decisões conflitantes sobre os temas. O montante envolvido nos referidos processos perfaz a importância aproximada de R\$306.016 em 31 de dezembro de 2012 (R\$217.090 em 31 de dezembro de 2011).

g) Depósitos recursais e judiciais

A Companhia e suas subsidiárias estão contestando o pagamento de certos impostos, contribuições e obrigações trabalhistas e efetuaram depósitos para recursos (vinculados), de montantes equivalentes pendentes das decisões legais finais, em 31 de dezembro de 2012 o valor dos depósitos judiciais consolidados era de R\$179.532 (R\$122.022 em 31 de dezembro de 2011).

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Provisão para demandas judiciais -- Continuação

h) Garantias

A Companhia ofereceu garantias em algumas ações civis, trabalhistas e tributárias, como demonstrado a seguir:

<u>Ações</u>	<u>Imóveis</u>	<u>Equipamentos</u>	<u>Carta Fiança</u>	<u>Total</u>
Tributárias	12.015	-	248.558	260.573
Trabalhistas	-	-	2.156	2.156
Cíveis e outras	-	277	31.191	31.468
Total	12.015	277	281.905	294.197

i) Fiscalizações

De acordo com a legislação fiscal atual, impostos municipais, federais, estaduais e contribuições previdenciárias estão sujeitos a fiscalização em período que variam entre 5 e 30 anos.

22. Operações de arrendamento mercantil

a) Compromissos e obrigações

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2012</u>	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
Passivo bruto de arrendamento mercantil operacional - Pagamentos mínimos de aluguéis				
Menos de 1 ano	148.561	106.281	406.115	469.848
De 1 ano a 5 anos	121.590	100.755	970.251	1.009.316
Mais de 5 anos	41.500	26.868	2.200.493	2.008.564
	311.651	233.904	3.576.859	3.487.728

Os pagamentos de aluguel mínimo de arrendamentos mercantis operacionais, referem-se ao exercício contratual do curso normal da operação.

Todos os contratos possuem cláusulas de multa em caso de quebra contratual, que varia de um a seis meses de aluguel. Se a Companhia encerrasse esses contratos em 31 de dezembro de 2012, o montante da multa seria de R\$361.639 (R\$377.293 em 31 de dezembro de 2011).

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Operações de arrendamento mercantil -- Continuação

a) Compromissos e obrigações -- Continuação

(i) *Pagamentos contingentes*

A Administração considera o pagamento de aluguéis adicionais como pagamentos contingentes, que variam entre 0,5% e 2,5% das vendas realizadas nos estabelecimentos alugados.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Pagamentos contingentes considerados como despesas durante o exercício	37.977	27.166	44.776	30.774

(ii) *Cláusulas com opção de renovação ou reajuste*

Os prazos dos contratos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 variam entre 5 e 25 anos, e os contratos podem ser renovados de acordo com a Lei de Inquilinato brasileira. Os contratos possuem cláusulas de reajuste periódico, de acordo com os índices de inflação negociados entre as partes.

b) Arrendamento mercantil financeiro

Os contratos de arrendamento mercantil financeiro se referem a equipamentos de informática e veículos e em 31 de dezembro de 2012 totalizavam em R\$30.118 (R\$47.054 em 31 de dezembro 2011), de acordo com o quadro a seguir:

	Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011
Passivo de arrendamento mercantil financeiro – pagamentos mínimos de aluguel		
Menos de 1 ano	14.419	15.229
De 1 a 5 anos	15.699	31.825
Valor atual dos contratos de arrendamento mercantil financeiro	30.118	47.054
Valor bruto dos contratos de arrendamento mercantil financeiro (nota 17)	30.118	47.054

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Receitas antecipadas

A Companhia e sua subsidiária NCB receberam antecipadamente valores de parceiros comerciais sobre exclusividade na prestação de serviços de intermediação de garantias complementares ou estendidas.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Garantias complementares ou estendidas	125.779	13.097	513.003	446.747
Contrato Finasa	-	-	-	1.714
	125.779	13.097	513.003	448.461
Circulante	25.045	11.167	74.313	67.055
Não circulante	100.734	1.930	438.690	381.406

Do valor classificado como não circulante, a Administração estima que os valores serão reconhecidos ao resultado na seguinte proporção:

	Consolidado
2014	73.911
2015	75.640
2016	77.262
2017	70.993
2018	49.268
2019	49.268
2020	42.348
	438.690

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2012 e 2011 era de R\$2.895.453 e estava representado por 322.688 milhares de ações ordinárias sem valor nominal.

Os acionistas poderão, a qualquer momento, converter as ações ordinárias em ações preferenciais, à razão de 1 (uma) ação ordinária para 1 (uma) ação preferencial desde que tais ações ordinárias estejam totalmente integralizadas e que o total de ações preferenciais de emissão não exceda o limite legal. Os pedidos de conversão devem ser apresentados por escrito à nossa Diretoria Executiva. Os pedidos recebidos e aceitos pela Diretoria deverão ser ratificados na próxima Reunião do Conselho da Administração.

b) Ações em tesouraria

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia não mantinha ações de sua própria emissão em tesouraria.

c) Reserva legal

É constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o estatuto social, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital social.

d) Reserva especial Lei 8.200/91 – artigo 2º e reservas de incentivos fiscais

Reserva especial constituída com base na variação monetária especial das contas do ativo permanente de acordo com índice oficial, que refletia a variação geral de preços a nível nacional e reservas de incentivos fiscais diversos aderidos pela Companhia.

e) Reserva de capital - reserva especial de ágio

O valor registrado em reserva especial em decorrência da incorporação da Mandala Empreendimentos e Participações S.A. pela Companhia, que continha o ágio gerado pela aquisição de Via Varejo por GPA. Nos termos da Instrução CVM Nº 319, o ágio incorporado está com uma provisão de integridade do patrimônio de 66% de forma a remanescer o benefício tributário aprovada pela assembleia geral realizada em 22 de dezembro de 2009, será amortizado de acordo com o benefício econômico do ágio. No entanto, conforme estabelecido no Protocolo e Justificação da Incorporação das Ações de Emissão de Nova Casa Bahia, celebrado em 05 de outubro de 2010 (aprovado em assembleia geral extraordinária realizada em 09 de novembro de 2010), o benefício fiscal decorrente dessa amortização passará a ser capitalizado sem a emissão de novas ações, ou seja, em benefício de todos os acionistas de Via Varejo.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Patrimônio líquido -- Continuação

f) Plano de outorga de opções de compra de ações

f.1) *Via Varejo S.A.*

A Companhia mantém um plano de opção de ações ordinárias, aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 4 de janeiro de 2008 e retificado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 29 de abril de 2008.

O Plano tem o objetivo de: (i) estimular a expansão e o êxito no desenvolvimento dos objetivos sociais da Companhia, permitindo aos administradores e empregados de alto nível adquirirem ações de emissão da Via Varejo, incentivando a integração destes com a Companhia; (ii) atrair administradores e empregados de alto nível a prestarem seus serviços para a Companhia, oferecendo-lhes a vantagem adicional de se tornarem acionistas da Companhia; (iii) alinhar os interesses dos administradores e empregados de alto nível, com os interesses dos nossos acionistas; e (iv) incentivar a maior integração desses executivos e empregados com os objetivos da Companhia.

São elegíveis para participar do Plano, os diretores estatutários e empregados aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia (os "Beneficiários"). Nos termos do que dispõe o art. 171, § 3º, da Lei nº 6.404/76, não haverá direito de preferência na outorga ou no exercício de opções de compra de ações originárias do Plano. As ações decorrentes do exercício da opção terão os direitos estabelecidos no Plano, nos respectivos Programas e no Contrato, sendo certo que lhes será sempre assegurado o direito de perceber os dividendos que vierem a ser distribuídos a partir da subscrição ou aquisição, conforme o caso. Uma vez exercida a opção pelo Beneficiário, as ações correspondentes serão objeto de emissão através de aumento do capital da Companhia.

Também poderão ser oferecidas opções de compra de ações existentes em tesouraria, caso haja, mediante comunicação à Comissão de Valores Mobiliários – CVM. As opções outorgadas com base no Plano são pessoais e intransferíveis.

O Plano entrou em vigor com a sua aprovação pela Assembleia Geral da Companhia e poderá ser extinto, a qualquer tempo, por decisão do Conselho de Administração. A opção poderá ser exercida total ou parcialmente durante o prazo e nos exercícios fixados no respectivo Programa.

De acordo com o Plano, as opções outorgadas representam o máximo de 1.794.880 ações ordinárias de emissão da Companhia e o preço é equivalente ao valor médio de negociação de nossas ações nos últimos 20 (vinte) pregões da BM&FBovespa anteriores à data do exercício de opção.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Patrimônio líquido -- Continuação

f) Plano de outorga de opções de compra de ações -- Continuação

f.1) *Via Varejo S.A.* -- Continuação

Diluição Potencial das Opções	Quantidade de ações	Preço de exercício
Programa 1	1.408.290	R\$25,35
Programa 2	386.590	R\$17,02
Total	1.794.880	
Ações em tesouraria	-	
Necessidade de aumento de capital (1)	1.794.880	
Quantidade de ações total da Companhia em 31.12.2012 (2)	322.687.788	
Potencial de diluição = (1)/(2)	0,56%	

O valor justo dos "Programas 2008" foi calculado com base no modelo de valorização de opções Black & Scholes, tendo sido consideradas as seguintes premissas:

	Dados na data da outorga
Volatilidade atualizada esperada	47,6%
Duração do programa em anos	3,46
Taxa livre de risco	De 11,18% a 13,65%
Valor justo da opção na data da outorga (por opção)	De R\$17,57 a R\$21,00

A tabela abaixo demonstra os valores por lote reconhecidos no resultado da Companhia, na rubrica de despesa operacional contra um aumento de patrimônio líquido, bem como os valores que seriam reconhecidos nos exercícios subsequentes.

<u>Plano de Opção</u>	Despesas incorridas na controladora nos exercícios findos em 31 de dezembro:		
	2009	2010	2011
Pagamento baseado em ações			
1º lote	2.995	-	-
2º lote	3.126	2.118	-
3º lote	2.514	2.514	1.699
	8.635	4.632	1.699

Devido à redução do quadro de funcionários elegíveis a remuneração baseada em ações foi reduzida. Desta forma, os valores referentes às despesas apropriadas foram atualizados. As despesas registradas até a saída dos funcionários elegíveis não foram estornadas.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Patrimônio líquido -- Continuação

f) Plano de outorga de opções de compra de ações -- Continuação

f.1) *Via Varejo S.A.* -- Continuação

A tabela abaixo demonstra os novos valores a serem considerados:

<u>Plano de Opção</u>	Despesas incorridas na controladora no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e 2011:	
	31.12.2012	31.12.2011
Pagamento baseado em ações		
2º lote	-	238
3º lote	-	75
	-	313

A primeira data de exercício das referidas opções foi efetuado em setembro de 2009 e a última em setembro de 2011. As opções outorgadas poderão ser exercidas até setembro de 2013.

f.2) *Plano de Remuneração Baseada em Ações – Nova Pontocom*

A subsidiária Nova Pontocom mantém um plano de outorga de opções de ações com o objetivo de: (i) estimular a expansão e o êxito no desenvolvimento dos objetivos sociais da Nova Pontocom, permitindo aos administradores e empregados de alto nível adquirirem ações de emissão da Nova Pontocom, incentivando a integração destes com a Nova Pontocom; (ii) atrair administradores e empregados de alto nível a prestarem seus serviços para a Nova Pontocom, oferecendo-lhes a vantagem adicional de se tornarem acionistas da Nova Pontocom; (iii) alinhar os interesses dos administradores e empregados de alto nível, oferecendo aos tais executivos e empregados, como forma de incentivo e vantagem adicional, a possibilidade de se tornarem acionistas da Nova Pontocom; e (iv) incentivar a maior integração desses executivos e empregados com os objetivos da Nova Pontocom.

São elegíveis para participar do Plano, executivos indicado pelo Conselho de Administração da Nova Pontocom (os "Beneficiários"). Nos termos do que dispõe o art. 171, § 3º, da Lei nº 6.404/76, não haverá direito de preferência na outorga ou no exercício de opções de compra de ações originárias do Plano. As ações decorrentes do exercício da opção terão os direitos estabelecidos no Plano, nos respectivos Programas e no Contrato, sendo certo que lhes será sempre assegurado o direito de perceber os dividendos que vierem a ser distribuídos a partir da subscrição ou aquisição, conforme o caso. Uma vez exercida a opção pelo Beneficiário, as ações correspondentes serão objeto de: (i) emissão através de aumento do capital da Nova Pontocom ou (ii) compra e venda, caso encontrem-se em tesouraria.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Patrimônio líquido -- Continuação

f) Plano de outorga de opções de compra de ações -- Continuação

f.2) *Plano de Remuneração Baseada em Ações – Nova Pontocom*

O Plano entrou em vigor com a sua aprovação pela Assembleia Geral da Nova Pontocom e poderá ser extinto, a qualquer tempo, por decisão do Conselho de Administração. A opção poderá ser exercida total ou parcialmente durante o prazo e nos exercícios fixados no respectivo Programa. A outorga das opções do 1º. Programa ocorreu em 08 de novembro de 2010, conforme segue:

Diluição Potencial das Opções	Quantidade de ações	Preço de exercício
Tranche 1	141.381	R\$ 5,49
Tranche 2	20.197	R\$ 5,81
Tranche 3	20.197	R\$ 6,11
Tranche 4	20.197	R\$ 6,13
Tranche 5	20.197	R\$ 6,14
Tranche 6	20.197	R\$ 6,15
Tranche 7	20.198	R\$ 6,15
Tranche 8	20.198	R\$ 6,14
Quantidade de ações em 31.12.2012 (1)	282.762	
Ações em tesouraria (2)	282.762	
Total de ações Nova Pontocom(3)	28.000.000	
Potencial de diluição = (1-2)/(3)	0,00%	

O valor justo das tranches foi calculado com base no modelo de valorização de opções Black & Scholes, tendo sido consideradas as seguintes premissas:

	Dados da outorga
Volatilidade atualizada esperada	56,8%
Período de aquisição	50% no início, mais 7,14% em 7 semestres
Taxa livre de risco	De 10,72% a 11,90%
Valor justo da opção na data da outorga (por opção)	De R\$ 5,49 a R\$ 6,15

A tabela abaixo demonstra os valores por lote que seriam reconhecidos no resultado da Nova Pontocom, na rubrica de despesa operacional contra um aumento de patrimônio líquido, bem como os valores que seriam reconhecidos nos exercícios subsequentes.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Patrimônio líquido -- Continuação

f) Plano de outorga de opções de compra de ações -- Continuação

f.2) *Plano de Remuneração Baseada em Ações – Nova Pontocom*

	Despesas incorridas e a incorrer na controladora nos exercícios findos em 31 de dezembro:					
	2010	2011	2012	2013	2014	Total
Tranche 1	4.674	-	-	-	-	4.674
Tranche 2	222	443	-	-	-	665
Tranche 3	111	553	-	-	-	664
Tranche 4	74	445	149	-	-	668
Tranche 5	56	336	280	-	-	672
Tranche 6	45	270	270	90	-	675
Tranche 7	38	226	226	189	-	679
Tranche 8	32	195	195	195	65	682
	5.252	2.468	1.120	474	65	9.379

Devido à redução do quadro de funcionários elegíveis a remuneração baseada em ações foi reduzida. Desta forma, os valores referentes às despesas a serem apropriadas foram atualizados. As despesas registradas até a saída dos funcionários elegíveis não foram estornadas e estão sendo tratadas de forma prospectiva.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012 a despesa registrada no resultado da Nova Pontocom foi de R\$1.120 (R\$2.468 em 31 de dezembro de 2011).

f.3) *Plano de Remuneração Baseada em Ações – CBD*

A Via Varejo tem executivos contratados que por trabalharem anteriormente na controladora fizeram jus ao plano de remuneração baseada em ações de CBD, sem que ainda tenha sido exercido.

Conforme previsto pelas normas contábeis, a prestação dos serviços destes diretores deve ser registrado como despesa na entidade que recebem os serviços, em contrapartida ao Patrimônio Líquido atribuível aos controladores. O montante no resultado do exercício de 31 de dezembro de 2012 foi de R\$1.504.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Patrimônio líquido -- Continuação

g) Dividendos

A Administração propôs dividendos a serem distribuídos, calculados conforme demonstrado abaixo. O valor do dividendo a pagar em 31 de dezembro de 2012 é de R\$4.690, o qual corresponde a remuneração de R\$0,014536 por ação ordinária. A Companhia não distribuiu dividendos relacionados ao exercício de 2011, pois possuía prejuízos acumulados a compensar.

	31.12.2012
Lucro Líquido do Exercício	320.709
Compensação de prejuízos acumulados	(300.960)
Reserva legal	(987)
Base de cálculo dos dividendos	<u>18.762</u>
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	<u>4.690</u>

25. Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Mercadorias	5.769.564	5.361.297	25.550.098	23.787.675
Serviços	169.697	167.040	1.123.264	1.172.380
Serviços financeiros	-	-	897.560	681.746
Devoluções e cancelamento de vendas	(329.355)	(308.346)	(1.434.277)	(1.392.114)
Receita bruta de vendas	<u>5.609.906</u>	<u>5.219.991</u>	<u>26.136.645</u>	<u>24.249.687</u>
Impostos	(699.045)	(687.143)	(3.290.395)	(3.232.971)
Receita de vendas de bens e serviços	<u>4.910.861</u>	<u>4.532.848</u>	<u>22.846.250</u>	<u>21.016.716</u>

26. Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Custo com estoques	(3.629.351)	(3.552.038)	(16.497.841)	(14.969.989)
Despesas com pessoal	(431.557)	(445.750)	(2.166.113)	(2.245.220)
Serviços de terceiros	(606.442)	(439.747)	(2.349.445)	(2.133.297)
Material de consumo	(21.396)	(55.775)	(220.043)	(299.097)
Outras despesas	(33.239)	(15.047)	(252.219)	(278.376)
	<u>(4.721.985)</u>	<u>(4.508.357)</u>	<u>(21.485.661)</u>	<u>(19.925.979)</u>
<u>Custo das mercadorias vendidas</u>	<u>(3.629.351)</u>	<u>(3.552.038)</u>	<u>(16.497.841)</u>	<u>(14.969.989)</u>
<u>Despesas com vendas</u>	<u>(915.611)</u>	<u>(790.506)</u>	<u>(4.061.946)</u>	<u>(4.015.406)</u>
<u>Despesas gerais e administrativas</u>	<u>(177.023)</u>	<u>(165.813)</u>	<u>(925.874)</u>	<u>(940.584)</u>
	<u>(4.721.985)</u>	<u>(4.508.357)</u>	<u>(21.485.661)</u>	<u>(19.925.979)</u>

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Ganho (perda) na alienação de ativo imobilizado	7.171	(35.350)	40.373	(19.141)
Recuperação/Baixa de depósitos judiciais/Contingências	(47)	(7.042)	(41.321)	(8.770)
Receitas (despesas) de acordos sobre serviços financeiros	1.121	39.878	3.311	21.113
Provisão para Reestruturação	10.648	(68.765)	13.614	(121.583)
Outras	24	(3.406)	438	2.973
	18.917	(74.685)	16.415	(125.408)
Outras receitas operacionais	18.969	50.276	54.759	39.650
Outras despesas operacionais	(52)	(124.961)	(38.344)	(165.058)
	18.917	(74.685)	16.415	(125.408)

28. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Despesas financeiras				
Custo da dívida	(47.980)	(71.527)	(365.928)	(374.078)
Custo com antecipação de recebíveis	(112.999)	(131.814)	(415.270)	(539.725)
Atualizações passivas	(19.970)	(18.642)	(29.960)	(21.500)
Outras despesas financeiras	(7.431)	15.706	(46.906)	(12.760)
Total de despesas financeiras	(188.380)	(206.277)	(858.064)	(948.063)
Receita financeira				
Rentabilidade do caixa e equivalentes de caixa	15.365	9.963	75.568	94.542
Atualizações ativas	66.221	80.532	99.443	160.723
Outras receitas financeiras	1.003	2.987	5.663	913
Total de receitas financeiras	82.589	93.482	180.674	256.178
	(105.791)	(112.795)	(677.390)	(691.885)

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

29. Lucro por ação

A Companhia calcula o lucro por ação por meio da divisão do lucro líquido, referente a cada classe de ações, pela média ponderada das ações em circulação durante o exercício.

Os instrumentos de patrimônio que serão ou poderão ser liquidados em ações da Companhia são incluídos no cálculo apenas quando sua liquidação tiver um impacto de diluição sobre o lucro por ação.

A Companhia possui somente ações ordinárias e concedeu aos funcionários plano de remuneração baseado em ações (vide nota explicativa nº24), cujos efeitos de diluição são refletidos no lucro por ação diluído.

Quando o preço de exercício da opção de compra de ações é maior que o preço médio de mercado das ações, o lucro por ação diluído não é afetado pelas opções de compra de ações.

O quadro a seguir apresenta a determinação do lucro líquido disponível aos detentores de ações e a média ponderada das ações em circulação utilizadas para calcular o lucro básico e diluído por ação em cada exercício apresentado:

	31.12.2012	31.12.2011
	Ordinárias	Ordinárias
Numerador básico		
Lucro básico alocado e não distribuído	320.709	90.465
Lucro líquido alocado disponível a acionistas ordinários	320.709	90.465
Denominador básico (em milhares de ações)		
Média ponderada da quantidade de ações	322.688	322.688
Lucro básico por milhares de ações	0,99	0,28
Numerador diluído		
Lucro alocado e não distribuído	320.709	90.465
Lucro líquido alocado disponível a acionistas ordinários	320.709	90.465
Denominador diluído		
Média ponderada das quantidades de ações (milhares)	322.688	322.688
Média ponderada diluída das ações (milhares)	322.688	322.688
Lucro diluído por milhares de ações	0,99	0,28

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

30. Plano de previdência privada de contribuição definida

Em janeiro de 2011 ocorreu a transferência das operações das Lojas Extra Eletro do GPA para a Companhia. Determinados funcionários eram elegíveis a um plano de previdência privada complementar de contribuição definida, o qual foi mantido pela Companhia. Adicionalmente, a Companhia estendeu este plano para outros funcionários no decorrer do exercício. As contribuições realizadas pela Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 totalizaram R\$1.157 (R\$175 em 31 de dezembro de 2011). O plano continua sendo administrado pela BrasilPrev Seguros e Previdência S.A. e contava com 37 participantes em 31 de dezembro de 2012 (8 participantes em 31 de dezembro de 2011).

31. Cobertura de seguro

A cobertura de seguro em 31 de dezembro de 2012, é considerada suficiente pela Administração para cobrir possíveis sinistros, e pode ser resumida da seguinte forma:

Bens segurados	Riscos cobertos	Montante da cobertura
Imobilizado e estoques	Lucros nomeados	5.480.627
Lucro	Lucros cessantes	1.435.885
Automóveis e outros (*)	Perdas e danos	183.572

A Companhia mantém apólices específicas cobrindo riscos de responsabilidade civil e administrativa no valor de R\$171.065.

(*) O valor acima informado não contempla a cobertura dos cascos, os quais estão segurados pelo valor de 100% da tabela da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE.

32. Informações sobre os segmentos

A Administração monitora dois segmentos, como segue:

- Eletro – inclui as bandeiras Ponto Frio e Casas Bahia
- Comércio eletrônico – inclui os sites www.pontofrio.com.br, www.extra.com.br, www.casasbahia.com.br, www.barateiro.com.br e www.partiuviaagens.com.br

A Administração monitora separadamente os resultados operacionais de suas unidades de negócios com o objetivo de tomar decisões a respeito de alocação de recursos e avaliação de desempenho. O desempenho do segmento é avaliado com base no resultado operacional e é mensurado de forma consistente com o resultado operacional das demonstrações financeiras consolidadas. O financiamento da Via Varejo (inclusive custos financeiros e receita financeira) e os impostos de renda são administrados de forma segmentada. As operações da Bartira e CBCC são monitoradas em conjunto ao Eletro, pois operam em consonância com os segmentos acima mencionados.

A Companhia tem operações de lojas de eletrodomésticos localizadas em 13 estados e no Distrito Federal. Os segmentos operacionais são divulgados de maneira consistente com o relatório interno fornecido ao principal tomador de decisões operacionais, identificado como o Diretor-Presidente.

O principal tomador de decisões operacionais destina recursos e avalia o desempenho por meio da revisão de resultados e de outras informações relacionadas aos dois segmentos.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

32. Informações sobre os segmentos -- Continuação

A Companhia calcula os resultados dos segmentos utilizando as práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS, entre outros fatores, o lucro operacional de cada segmento, que inclui algumas alocações de despesas indiretas corporativas. Frequentemente, a Companhia revisa o cálculo do lucro operacional de cada segmento, incluindo quaisquer alocações de despesas indiretas corporativas, conforme estabelecido pelas informações regularmente revisadas pelo principal tomador de decisões operacionais. Quando as revisões são feitas, os resultados operacionais de cada segmento afetado pelas revisões são corrigidos, quando aplicável, em todos os exercícios apresentados, a fim de manter a comparabilidade.

As informações dos segmentos da Companhia estão incluídas no quadro a seguir:

Descrição	Saldos em 31.12.2012		
	Eletro	Comércio eletrônico	Total
Receita líquida de vendas	19.437.736	3.408.514	22.846.250
Lucro bruto	5.857.977	490.432	6.348.409
Depreciação e amortização	(152.945)	(9.675)	(162.620)
Despesas financeiras	(745.027)	(113.037)	(858.064)
Receita financeira	170.692	9.982	180.674
Lucro operacional	1.106.588	107.796	1.214.384
Resultado da equivalência patrimonial	(454)	-	(454)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	531.799	4.741	536.540
Imposto de renda e contribuição social	(212.545)	(1.836)	(214.381)
Lucro líquido do exercício	319.254	2.905	322.159
Ativo circulante	7.650.902	861.609	8.512.511
Ativo não circulante	3.234.372	335.589	3.569.961
Passivo circulante	6.324.067	1.115.274	7.439.341
Passivo não circulante	1.647.530	13	1.647.543

Descrição	Saldos em 31.12.2011		
	Eletro	Comércio eletrônico	Total
Receita líquida de vendas	17.827.516	3.189.200	21.016.716
Lucro bruto	5.556.227	490.500	6.046.727
Depreciação e amortização	(123.595)	(7.417)	(131.012)
Despesas financeiras	(816.192)	(131.871)	(948.063)
Receita financeira	254.307	1.871	256.178
Lucro operacional	662.621	171.696	834.317
Resultado da equivalência patrimonial	15.907	-	15.907
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	116.643	41.696	158.339
Imposto de renda e contribuição social	(39.623)	(14.862)	(54.485)
Lucro líquido do exercício	77.022	26.832	103.854
Ativo circulante	7.517.381	884.582	8.401.963
Ativo não circulante	3.152.689	120.278	3.272.967
Passivo circulante	5.951.297	926.180	6.877.477
Passivo não circulante	2.121.200	738	2.121.938

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

33. Eventos subsequentes

Incorporação da Nova Casa Bahia S.A. pela Via Varejo S.A.

Em 02 de janeiro de 2013 foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, a incorporação da controlada NCB pela Companhia. Com a incorporação, não haverá qualquer impacto nas demonstrações financeiras consolidadas, no capital social ou nas participações acionárias. Os acervos líquido de incorporação foram objeto de laudo de avaliação na data da incorporação.

A incorporação de NCB pela Companhia visa simplificar a estrutura organizacional e societária das companhias, propiciando assim, uma redução dos custos administrativos e operacionais.